

Multicare - Seguros de Saúde, S.A.

Relatório e Contas 2008

Índice

- 3 Órgãos Sociais
- 4 Relatório do Conselho de Administração
- 17 Resolução do Conselho de Ministros nº 155/2005
- 18 Demonstrações Financeiras
- 19 Balanço Individual
- 21 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
- 22 Demonstrações de Variações do Capital
- 23 Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
- 87 Anexos
- 94 Relatório e Parecer do Fiscal Único e Certificação Legal de Contas

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Filipe de Sousa Meira
Secretário	Vitor Manuel Dinis Lopes

Conselho de Administração

Presidente	CAIXA SEGUROS, SGPS, S.A., que nomeou para exercer o cargo em nome próprio, Armando António do Poço Pires
Vogais	Carlos Vaz de Macedo da Cunha Coutinho Rogério Miguel Campos Henriques José Manuel Alvarez Quintero Maria João Caroço Honório Paulino de Sales Luís António Sancho Amaral

Fiscal Único

Efectivo	DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A. Representada por Maria Augusta Cardador Francisco, ROC
Suplente	Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, ROC

1.

Relatório do Conselho de Administração em 31 de Dezembro 2008

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração da Multicare - Seguros de Saúde, S.A., apresentar o Relatório e Contas referente ao exercício de 2008.

1. Enquadramento da Actividade

1.1. Economia Internacional

O ano de 2008 fica marcado pela crise financeira internacional, despoletada pelos problemas surgidos, em meados de 2007, com o crédito hipotecário subprime dos EUA e agudizada pela crise de confiança que afectou as instituições financeiras internacionais, em particular após a falência do banco Lehman Brothers.

As taxas de juro de referência para empréstimos a empresas e particulares subiram consideravelmente obrigando os Bancos Centrais e os Governos a intervir sobre os mercados interbancários, os mercados accionistas registaram volatilidades muito elevadas (tendo alguns sofrido desvalorizações anuais superiores a 50%) e mesmo os mercados obrigacionistas conheceram flutuações significativas ao longo do ano, apesar de a componente de longo prazo/taxa fixa ter encerrado o ano com valorizações positivas.

A Economia Mundial, que vinha evidenciando uma forte dinâmica de crescimento nos últimos anos, foi também afectada pela crise financeira, sendo previsível um crescimento global em torno de 3%, reflectindo um abrandamento na generalidade das economias mundiais em cerca de 2pp., com destaque para a China e Índia (cujas previsões apontam para cerca de 8%), Japão (-0,5%), EUA (1,0%) e Zona Euro (1,0%).

O comércio mundial deverá ter evoluído a um ritmo de 2%, inferior aos 5,5% registados no ano anterior, reflectindo, essencialmente, a desaceleração das importações dos países industrializados.

No que respeita à evolução dos preços, a Zona Euro evidenciou um aumento dos preços em 3,3% (taxa média anual), reflectindo os aumentos de preços da energia durante o primeiro semestre do ano, bem como da componente de não transaccionáveis.

1.2. Economia Portuguesa

A actividade económica nacional registou, em 2008, um abrandamento para 0,3%, posicionando-se, mais uma vez, abaixo do valor médio da Zona Euro, acentuando assim a divergência face à média dos países integrantes da moeda única europeia.

O principal contributo para o aumento da actividade económica proveio do comportamento da procura interna (1,1 pp.), reflectindo o crescimento do consumo privado e do consumo publico, enquanto a procura externa teve um efeito negativo de 0,8 pp., decorrente do aumento das importações a um

ritmo superior às exportações, situação que contribuiu para o aumento do défice conjunto das Balanças Corrente e de Capital para 9% do PIB.

No que respeita à taxa de desemprego registou-se um valor médio anual de 7,6%, inferior aos 8% apurados em 2007.

A inflação, medida pelo IHPC, conheceu um aumento para 2,7%, abaixo das previsões iniciais, reflectindo a evolução de preços dos bens energéticos e com comunicações, bem como a evolução favorável do preço das importações, que beneficiou da evolução da taxa de câmbio euro/dólar durante a maior parte do ano.

As previsões económicas do Banco de Portugal para 2009, embora susceptíveis de serem negativamente revistas devido à conjuntura internacional, apontam para uma contracção da Actividade Económica em 0,8%, liderado pela queda na procura interna reflectindo quer as dificuldades económicas decorrentes da crise financeira internacional, quer o efeito de níveis de confiança historicamente baixos por parte dos agentes económicos (consumidores e empresários).

Em consequência do abrandamento económico e da evolução esperada para os preços das matérias-primas (com destaque para o petróleo), a taxa de inflação deverá reduzir-se para 1%, o que representará um ganho de poder de compra para a maioria da população empregada, tendo em conta a evolução salarial prevista.

1.3. Evolução do Mercado Segurador

A Actividade Seguradora em Portugal evidenciou um acréscimo de 11,1% no montante de Prémios, com origem, essencialmente, no Ramo Vida (+17,3%), que beneficiou do forte crescimento evidenciado pelos Produtos de Capitalização.

Por outro lado, os Ramos Não Vida, que representam cerca de 28% da produção, evidenciaram uma redução do volume de Prémios (-2,0%), reflectindo a situação económica e o aumento da concorrência com base no preço, com efeitos directos nos Ramos Acidentes de Trabalho, Multiriscos Comercial e Automóvel, sendo de referir, pela positiva, o aumento da carteira de Prémios dos Ramos Doença, Multiriscos Habitação e Responsabilidade Civil.

De acordo com os elementos divulgados pela Associação Portuguesa de Seguradores, o mercado segurador terá contabilizado, na sua actividade em Portugal, um valor próximo de 15,3 mil milhões de euros de Prémios de Seguro Directo (cerca de 9,5% do PIB), 72% dos quais provenientes de seguros do Ramo Vida.

No que respeita ao grau de concentração do Mercado Segurador, verificou-se um comportamento diferenciado nos Ramos Vida e Não Vida, tendo os primeiros evidenciado um aumento deste indicador, com os 10 principais Grupos Seguradores a aumentarem a sua representatividade para 94,7% (+2,0 pp.), enquanto nos Ramos Não Vida se verificou uma redução dos níveis de concentração (os 10 principais Grupos detêm 82,1% de Quota de Mercado face a 82,4% em 2007), evolução que se ficou a dever ao crescimento evidenciado pelas Seguradoras de menor dimensão em detrimento dos três Grupos mais representativos.

1.4. Evolução do Mercado de Seguros de Saúde

Analisando em particular o ramo Doença, o Sector evidenciou um acréscimo de 9%, superior ao valor registado em 2007, atingindo cerca de 480 milhões de euros de Prémios, tendo também aqui ocorrido uma redução nos níveis de concentração de Mercado.

2. Actividade da Sociedade

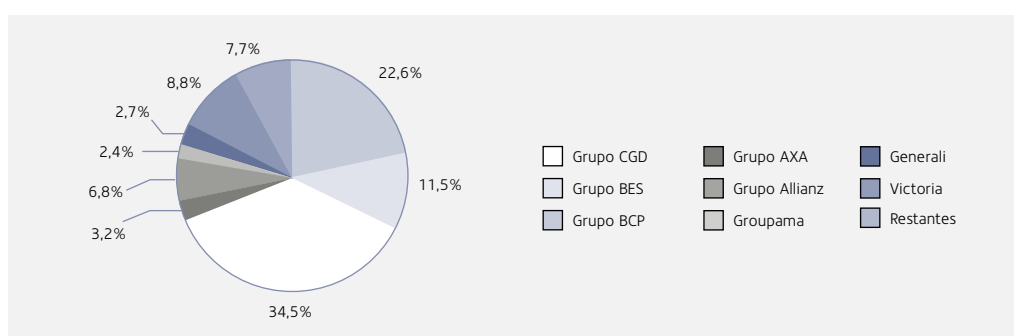
O ano 2008 constitui o primeiro exercício completo em que a Multicare assume, como Resseguradora, a gestão da carteira de seguros de saúde da Fidelidade Mundial (FM) e da Império Bonança (IB) e o ano de arranque como seguradora de seguro directo, através de negócio Co-Seguro.

Foi também em 2008 que teve início o Projecto ActivAção que encerra um conjunto de programas de Acção Estratégica a desenvolver no triénio 2008-2010, onde são estabelecidos objectivos ambiciosos, projectos a implementar e metodologias de acompanhamento transversais à Caixa Seguros, SGPS, S.A..

No âmbito deste Projecto foi dado especial relevo à área da Saúde pela sua importância na produção Não Vida das seguradoras e na obtenção de adequados rácios de rentabilidade e de sustentabilidade do negócio de seguros nesta área.

Foram estabelecidas, como prioridades de actuação, o reforço das capacidades em recursos humanos e em sistemas de suporte e o aumento da rentabilidade da carteira, mesmo que associada a uma contenção do crescimento.

Encerrou-se o ano 2008, mantendo a liderança do mercado do Ramo Doença pelas seguradoras do Grupo CGD, porém com uma quota de 34,5%, 2,4 p.p. abaixo da quota de 2007, que se tinha situado em 36,9%.



2.1. Evolução dos Prémios

A produção do Ramo Doença pelas seguradoras do Grupo CGD atingiu em 2008 o valor de M€ 165,4, o que corresponde a um crescimento de 2,6% face a 2007.

(Valores em Euros)

Seguradora	Prémios Emitidos				Var. 08/07
	2008	Peso %	2007	Peso %	
FM	104 406	63%	94 176	58%	10,9%
IB	60 972	37%	66 961	42%	-8,9%
TOTAL	165 378	100%	161 137	100%	2,6%

Este valor de prémios corresponde a um universo de 554.024 pessoas seguras, que decresceram 0.4 p.p. relativamente a 2007, sendo 68% da FM e 32% da IB.

2.2. Evolução da Sinistralidade

No final de 2008, a carteira de seguro directo do Ramo Doença da Fidelidade Mundial e da Império Bonança gerida pela Multicare apresentou uma taxa de sinistralidade conjunta de 88,0%, inferior à atingida no final de 2007, que foi de 88,8%.

Esta taxa de sinistralidade ficou a dever-se essencialmente a um significativo aumento da frequência da utilização do seguro.

2.3. Rede de Prestadores

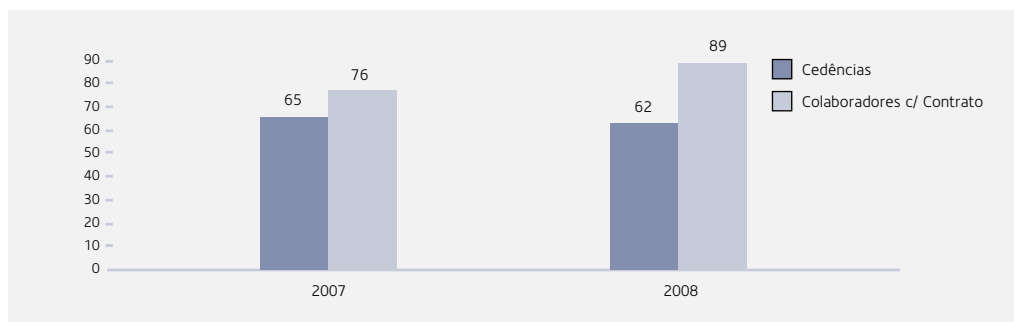
Continuando a Multicare a ter a maior rede de cuidados de saúde da actividade seguradora, focalizou, em 2008, a sua política de actuação numa maior selectividade e optimização da rede com vista à racionalização dos custos.

Foi também o ano em que se reforçou a monitorização da performance dos Prestadores de Cuidados de Saúde, através do estabelecimento de perfis padrão, por especialidades, de forma a se tentar ajustar comportamentos.

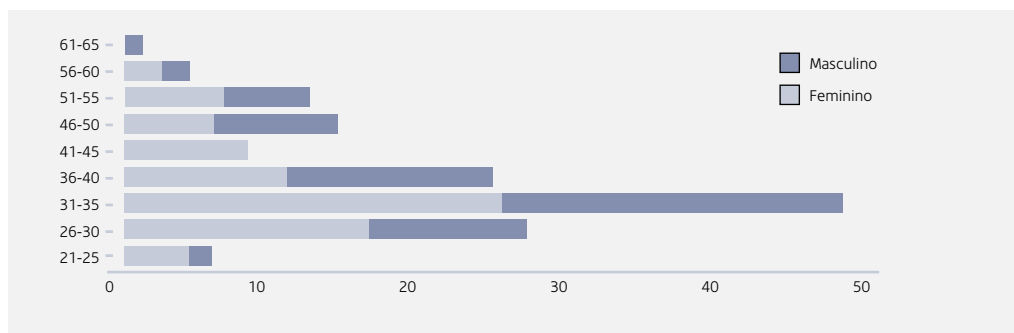
Também se reforçaram, em 2008, desenvolvimentos informáticos no sentido de se implementarem sistemas electrónicos de facturação via Web com Prestadores – Facturação Electrónica e Autofacturação - com vista à eliminação do papel e à simplificação e eficácia dos processos.

2.4. Recursos Humanos

A Multicare encerrou o exercício com 151 colaboradores, que possuem vínculo à Empresa, seja directamente, seja através de contratos de cedência de outras Empresas do Grupo, que corresponde a um crescimento, face a 2007, de 7%, consequência do objectivo de aposta em quadros técnicos qualificados para reforço de áreas consideradas críticas.



A idade média dos colaboradores é de 38 anos, sendo 59% do sexo feminino. No tocante às habilitações académicas, 48% possuem grau de licenciatura e 34% o nível secundário completo.



Este ano foi também o segundo ano de aplicação do Modelo de Gestão de Desempenho por objectivos e o ano da preparação e divulgação do Manual de Acolhimento e Integração.

3. Resultados

Da análise às Demonstrações Financeiras de 2008 destacam-se os seguintes aspectos:

3.1. Resultado Técnico

A Multicare apresentou um resultado técnico global positivo de € 16.516.017,10.

No que respeita ao Resseguro Aceite, a Multicare apresentou um Resultado Técnico positivo de m€ 17.200, sendo o ano 2008 o primeiro ano de aplicação plena do Tratado de Resseguro às Carteiras do Ramo Doença da FM e da IB.

O montante de prémios de Resseguro Aceite, ascendeu a M€ 165,6, sendo M€ 104,4 provenientes da FM e M€ 61,2 da IB. As indemnizações, ascenderam a M€ 146,0, sendo M€ 92,9 provenientes da FM e M€ 53,1 da IB, de onde resulta uma taxa de sinistralidade conjunta de Resseguro Aceite, de 88,7%.

Tendo em consideração as taxas individuais de sinistralidade das seguradoras cedentes e aplicando o Tratado de Resseguro estabelecido, o valor da Participação nos Resultados ascendeu a M€ 11,8, correspondente a um excesso de sinistralidade, sendo M€ 9,6 provenientes da FM e M€ 2,2 da IB.

Para o Resultado Técnico de Resseguro Aceite contribuíram também os Rendimentos, quer das provisões retidas pelas cedentes – Provisão Para Prémios Não Adquiridos e Provisão Para Sinistros – quer dos restantes investimentos, que ascenderam a m€ 5.436.

O custo da retrocessão foi de m€ 466,2 e respeita aos Tratados de Resseguro estabelecido com a Seguradora Cares e com a Resseguradora Munich Re.

(Valores em Euros)

Resultado Técnico Resseguro Aceite	FM	IB	Total
Resseguro Aceite			
Prémios	104 405 949	61 182 935	165 588 884
Var. PPNA	-2 929 522	1 953 266	-976 256
Prémios Adquiridos	101 476 427	63 136 201	164 612 628
Comissões	-11 484 654	-6 730 123	-18 214 777
Sinistros	-92 899 677	-53 138 608	-146 038 285
Participação nos Resultados	9 550 269	2 259 963	11 810 232
Var. Prov. Riscos em Curso	-625 635	-407 512	-1 033 148
Custos de Aquisição Diferidos	227 921	399 228	627 149
Rendimentos	3 250 396	2 185 973	5 436 368
Resultado Técnico de RA	9 495 046	7 705 121	17 200 167
Taxa de Sinistralidade de RA	91,5%	84,2%	88,7%

3.2. Custos por Natureza a Imputar

Os Custos por Natureza a Imputar atingiram o montante de € 13.239, sendo de notar que o ano de 2008 constituiu o primeiro ano completo de actividade da Multicare. Estes custos distribuíram-se do seguinte modo:

(Valores em Euros)

Rubricas	2008	Peso %	2007	Peso %
Fornecimentos e Serviços Externos	6 248 336	47,2%	2 238 827	55,8%
Custos com Pessoal	5 962 699	45%	1 506 601	37,6%
Comissões e Juros	735 702	5,6%	218 254	5,4%
Amortizações	288 243	2,2%	46 395	1,2%
Impostos e Taxas	4 129	0%	565	0%
TOTAL	13 239 109	100%	4 010 642	100%
% do total de Prémios de SD+RA	8%		4%	

- Os Fornecimentos e Serviços Externos atingiram o valor de € 6.248,3, provenientes de contratos de fornecimentos, nomeadamente, arrendamento das instalações, serviços de consultoria informática, outsourcing do Centro de Contacto, aluguer de equipamento, avenças, telecomunicações, bem como custos com comunicação e marketing;
- Os Custos com Pessoal totalizaram € 5.962,7, decorrente essencialmente da integração na Multicare de 76 colaboradores com vínculo à EPS, aquando da constituição desta última em 2007, bem como de 62 colaboradores cedidos da FM, da IB e da FMSGII;
- Os juros e as comissões ascenderam a € 735,7, referente aos encargos suportados com o Empréstimo Subordinado de € 15,0, bem como referente a custos com Imposto de Selo e Taxa de ISP;
- As amortizações do exercício ascenderam a € 288,2, decorrentes essencialmente da venda de imobilizado corpóreo da EPS à Multicare, aquando da constituição desta última em 2007.

3.3. Provisões Técnicas

As Provisões Técnicas de Seguro Directo e de Resseguro Aceite apresentaram, no final de 2008, um montante de € 69,9, sendo € 23,2 relativos a Provisão Para Prémios Não Adquiridos, € 45,7 relativos a Provisão Para Sinistros e € 1,03 a Provisão para Riscos em Curso.

A Multicare terminou o exercício de 2008 com um montante de activos passíveis de afectar à representação das provisões técnicas de M€ 107,5, atingindo deste modo um rácio de cobertura das provisões técnicas de Seguro Directo e de Resseguro Aceite de 154,0%.

A Companhia tem, assim, inteiramente cobertas as suas responsabilidades para com segurados e terceiros e cumpre os limites estabelecidos em relação a aplicações financeiras, bem como os níveis de margem de solvência e do fundo de garantia, excedendo, significativamente, os valores mínimos legalmente fixados.

(Valores em Euros)

Activos de Representação das Prov. Técnicas	2008	Peso %	2007	Peso %
Acções e Outros Títulos de Rend. Var.	2 504 634 80	2%	3 947 358 73	4%
Obrigações e Outros Títulos de Rend. Fixo	30 887 485 76	29%	33 037 388 27	31%
Depósitos junto de Empresas Cedentes	68 469 682 35	64%	68 433 167 40	64%
Depósitos e Caixa	5 597 326 48	5%	1 198 480 53	1%
Total de Activos	107 459 129 39	100%	106 616 394 93	100%
Provisões Técnicas	69 934 781 38		68 974 488 80	
Empréstimo Subordinado	15 000 000 00		15 000 000 00	
Total Responsabilidades	84 934 781 38		83 974 488 80	
Rácio de Cobertura S/ Provisões Técnicas	154%		155%	
Rácio de Cobertura Total Responsabilidades	127%		127%	

3.4. Resultado Líquido

O Resultado Técnico de Resseguro Aceite e a Actividade Financeira conduziram a um resultado líquido positivo de € 1.668.777,85:

(Valores em Euros)

Resultados	2008	2007
Resultado Técnico	16 516 017	4 696 086
Custos por Natureza a Imputar	13 239 109	4 010 642
Resultado de Exploração	3 276 908	685 444
Proveitos não Afectos	28 812	719 449
Outros Encargos	941 618	14 041
Resultados Antes de Impostos	2 364 101	1 390 852
Imposto s/ Rendimento	695 324	366 102
Resultado Líquido	1 668 778	1 024 750

3.5. Capital Próprio

O capital próprio da Multicare, no final de 2008, era de m€ 26.153, declinado da seguinte forma:

(Valores em Euros)

Capital Próprio	2008	2007
Capital	18 000 000	18 000 000
Reservas	6 465 828	6 986 063
Resultados Transitados	18 199	0
Resultado do Exercício	1 668 778	1 024 750
TOTAL	26 152 804	26 010 813

4. Perspectivas de Evolução

A Caixa Seguros, SGPS, S.A., fruto do plano de Acção Estratégica, atrás referido, encontra-se num processo de racionalização e concentração de estruturas transversais às várias empresas do Grupo.

A Multicare beneficiará desta racionalização, com impacto directo na eliminação de algumas estruturas, podendo focalizar-se, com maior incidência, nas vertentes técnicas de tarificação, subscrição e desenvolvimento de produtos, bem como na melhoria da gestão de sinistros e da rede de prestadores.

Face à actual conjuntura económica, a Multicare terá de desenvolver os seus esforços para manter o crescimento no ramo de Doença e terá de melhorar a eficiência operacional e a qualidade de serviço prestada aos seus clientes, sem descurar o seu principal objectivo estratégico que é a melhoria da rentabilidade da carteira que gere.

Neste contexto, efectuadas, em 2008, as principais adaptações organizativas e de sistemas necessárias à estruturação da empresa como Seguradora e Resseguradora, os seus planos de acção futura situar-se-ão, no seguinte:

1. Tarificação, subscrição e desenvolvimento de produtos

Reforço das competências técnicas das equipas, quer para o aperfeiçoamento dos modelos de monitorização dos prestadores, quer para o desenvolvimento de novos produtos, pricing e underwriting.

2. Gestão da Rede de Prestadores

Reorganização das equipas de gestão por áreas geográficas, com objectivos estabelecidos em função das prioridades de actuação identificadas nos estudos de monitorização.

3. Sinistros

Reestruturação das áreas de sinistros em função da tipologia de cliente.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido da Multicare é positivo e de € 1.668.777,85 (Um milhão, seiscentos e sessenta e oito mil e setecentos e setenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos).

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração vem propor à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

Reserva Legal (10%)	€ 200 000,00
Remanescente à disposição da Assembleia Geral	€ 1 468 777,85
TOTAL	€ 1 668 777,85

6. Considerações Finais

Conforme disposto no artigo 21 do D.L. n.º 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

Ao concluir o presente Relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos aqueles que contribuíram para o promissor arranque da Empresa, salientando particularmente:

- O Fiscal Único, pelo interesse e empenho colocados no acompanhamento e controlo da actividade da Empresa;
- O Accionista, pelo apoio prestado ao longo de todo o processo de constituição e início de actividade da Companhia;
- Os Colaboradores que, com empenho e competência, tornaram possível a Empresa;
- Os Clientes, pela preferência com que distinguiram a Multicare e pelo estímulo à permanente melhoria das suas realizações.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente – Caixa Seguros, SGPS, S.A., representada por:

Armando António Poço Pires

Vogais:

Carlos Vaz de Macedo Cunha Coutinho

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques

José Manuel Alvarez Quintero

Maria João Carço Honório Paulino Sales Luís

António Sancho Amaral

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2009

7. Anexo ao Relatório de Gestão

POSIÇÃO ACCIONISTA

Accionistas que detêm participação nos termos do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais

Igual ou Superior a 50,0%

Caixa Seguros, SGPS, S.A. (detém 100%)

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração Multicare

Informação a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros nº 155/2005, de 06 de Outubro:

(Milhares de Euros)

	Conselho de Administração	
	Presidente	Vogais
Número de Membros	1	5
Remunerações Principais	214,1	365,8
Remunerações Acessórias	75,0	90,4
Encargos com Previdência	15,2	91,8
Encargos com Plano Complementar de Reforma	0,0	0,0
	304,3	548,0

O Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras

Balanco em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 (Pró-forma)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

BALANÇO	Notas	2008		2007 (Pró-forma)	
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos		
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 e 6	8 608 337	-	8 608 337	1 546 412
Activos disponíveis para venda	4 e 6 (anexo 1)	33 392 121	-	33 392 121	36 984 747
Empréstimos e contas a receber		68 469 682	-	68 469 682	68 433 167
Depósitos junto de empresas cedentes	5 e 6	68 469 682	-	68 469 682	68 433 167
Outros activos tangíveis	6 e 7	566 646	(166 232)	400 414	534 065
Outros activos intangíveis	8	522 857	(153 937)	368 920	87 729
Provisões técnicas de resseguro cedido		317 131	-	317 131	152 919
Provisão para prémios não adquiridos	9	317 131	-	317 131	152 919
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		3 498 312	-	3 498 312	5 192 421
Contas a receber por operações de seguro directo	10	1 077 595	-	1 077 595	1 259
Contas a receber por outras operações de resseguro	10	2 184 403	-	2 184 403	5 103 147
Contas a receber por outras operações	10	236 314	-	236 314	88 015
Activos por impostos		685 473	-	685 473	96 187
Activos por impostos diferidos	11	685 473	-	685 473	96 187
Acréscimos e diferimentos	12	49 008	-	49 008	-
TOTAL ACTIVO		116 109 567	(320 169)	115 789 398	113 027 647

Balanco em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 (Pró-forma)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

BALANÇO	Notas	2008	2007 (Pró-forma)
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas		69 934 781	68 974 489
Provisão para prémios não adquiridos	13	23 243 198	22 894 596
Provisão para sinistros		45 658 371	46 079 893
De outros ramos	13 (Anexo2)	45 658 371	46 079 893
Provisão para riscos em curso	13	1 033 212	-
Outros passivos financeiros		15 000 000	15 000 000
Passivos subordinados	14	15 000 000	15 000 000
Outros credores por operações de seguros e outras operações		1 593 643	1 007 291
Contas a pagar por operações de seguro directo	15	887 442	-
Contas a pagar por outras operações de Resseguro	15	223 641	225 223
Contas a pagar por outras operações	15	482 560	782 068
Passivos por impostos		894 967	450 086
Passivos por impostos correntes	11	892 772	434 969
Passivos por impostos diferidos	11	2 195	15 117
Acréscimos e diferimentos	16	2 213 203	1 584 968
TOTAL PASSIVO		89 636 594	87 016 834
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	17	18 000 000	18 000 000
Reservas de reavaliação		(2 286 635)	(288 406)
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	18	(2 286 635)	(288 406)
Reserva por impostos diferidos	18	545 911	74 469
Outras reservas	18	8 206 552	7 200 000
Resultados transitados	18	18 198	-
Resultado do exercício	18	1 668 778	1 024 750
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		26 152 804	26 010 813
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		115 789 398	113 027 647

Contas de Ganhos e Perdas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 (Pró-forma)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

Conta de ganhos e perdas	Notas	2008			2007 (Pró-forma)
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		165 223 602	-	165 223 602	93 052 676
Prémios brutos emitidos	19 (Anexo 4)	166 665 598	-	166 665 598	116 979 157
Prémios de resseguro cedido	19 (Anexo 4)	(630 432)	-	(630 432)	(225 223)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	19 (Anexo 4)	(975 776)	-	(975 776)	(23 854 177)
Provisão para prémios não adquiridos parte resseguradores (variação)	19 (Anexo 4)	164 212	-	164 212	152 919
Custos com sinistros líquidos de resseguro		(152 833 071)	-	(152 833 071)	(88 538 120)
Montantes pagos		(153 254 592)	-	(153 254 592)	(42 458 228)
Montantes brutos	20 (Anexo 3)	(153 254 592)	-	(153 254 592)	(42 458 228)
Provisão para sinistros (variação)		421 521	-	421 521	(46 079 892)
Montante bruto	20 (Anexo 3)	421 521	-	421 521	(46 079 892)
Outras provisões técnicas líquidas de resseguro	13	(1 033 212)	-	(1 033 212)	-
Custos e gastos de exploração líquidos		(13 478 636)	-	(13 478 636)	(4 885 182)
Custos de aquisição	21 (Anexo 4)	(10 457 519)	-	(10 457 519)	(4 573 868)
Custos de aquisição diferidos (variação)	(Anexo 4)	627 174	-	627 174	959 580
Gastos administrativos	21 (Anexo 4)	(3 648 291)	-	(3 648 291)	(1 270 894)
Rendimentos		5 437 468	28 812	5 466 280	1 825 753
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	23	5 437 468	28 812	5 466 280	1 825 753
Gastos financeiros		(26 328)	(12 916)	(39 244)	(48 624)
Outros	24	(26 328)	(12 916)	(39 244)	(48 624)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(403 711)	-	(403 711)	(1 609)
De activos disponíveis para venda	25	(403 711)	-	(403 711)	(1 609)
Diferenças de câmbio	26	3 330	-	3 330	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		(493 750)	-	(493 750)	(12 895)
De activos disponíveis para venda	27	(493 750)	-	(493 750)	(12 895)
Outros rendimentos/gastos	28	-	(47 486)	(47 486)	(1 147)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		2 395 692	(31 590)	2 364 102	1 390 852
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	11	-	(826 090)	(826 090)	(372 702)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	11	-	130 766	130 766	6 600
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		2 395 692	(726 914)	1 668 778	1 024 750

Lisboa, 20 de Fevereiro 2009.

O Director de Contabilidade e Informação Financeira

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Técnico Oficial de Contas

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Conselho de Administração

Armando António do Poço Pires

Presidente

Carlos Vaz de Macedo da Cunha Coutinho

Rogério Miguel Campos Henriques

José Manuel Alvarez Quintero

Maria João Carçoço Honório Paulino de Sales Luis

António Sancho Amaral

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

	2008	2007
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos:		
Prémios recebidos líquidos de resseguro	166 035 166	116 753 934
Sinistros pagos líquidos de resseguro	(147 691 519)	(41 043 875)
Comissões de contratos de seguro de investimento e de prestação de serviços líquidas	(6 469 116)	(3 300 416)
Resultados cambiais	3 330	-
Pagamentos a empregados e fornecedores	(11 468 838)	(2 374 543)
Outros	(68 074)	(2 564)
	340 949	70 032 536
(Aumentos) / diminuições nos activos operacionais		
Devedores por operações de seguro directo e resseguro	1 842 408	(5 104 406)
Devedores por outras operações	(148 299)	(88 015)
	1 694 109	(5 192 421)
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Credores por operações de seguro directo e resseguro	885 860	225 223
Credores por outras operações	(299 508)	782 068
Outros passivos	5 317	62 344
	591 669	1 069 635
Caixa líquida das actividades operacionais antes de impostos	2 626 727	65 909 750
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(373 604)	(77)
Caixa líquida das actividades operacionais	2 253 123	65 909 673
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de:		
Activos financeiros disponíveis para venda	2 290 996	119 974
Activos tangíveis e intangíveis	140 750	-
Rendimentos de activos financeiros	5 930 920	1 289 168
	8 362 666	1 409 142
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de:		
Activos financeiros disponíveis para venda	(2 095 213)	(36 871 046)
Empréstimos e contas a receber	-	(68 433 167)
Activos tangíveis e intangíveis	(576 534)	(668 190)
	(2 671 748)	(105 972 403)
Caixa líquida das actividades de investimento	5 690 918	(104 563 261)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Juros de passivos subordinados	(882 116)	-
Emissões de passivos subordinados líquidas de reembolsos	-	15 000 000
Realização do capital e prémios de emissão	-	25 200 000
Caixa líquida das actividades de financiamento	(882 116)	40 200 000
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	7 061 925	1 546 412
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 546 412	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8 608 337	1 546 412
	7 061 925	1 546 412

Demonstrações de Variações do Capital Próprio nos Exercícios de 2008 e 2007 (Pró-forma)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

	Capital Social	Reservas Reavaliação	Reservas de Impostos Diferidos	Reserva legal	Outras Reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
					Prêmios de emissão	Outras reservas			
Saldos em 01 de Janeiro de 2007 (Pró-forma)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do capital social	18 000 000	-	-	-	7 200 000	-	-	-	25 200 000
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	(288 406)	74 469	-	-	-	-	-	(213 937)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	1 024 750	1 024 750
Saldos em 31 de Dezembro de 2007 (Pró-forma)	18 000 000	(288 406)	74 469	-	7 200 000	-	-	1 024 750	26 010 813
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	(1 998 229)	471 442	-	-	-	-	-	(1 526 787)
Aplicação do resultado	-	-	-	100 655	-	905 897	18 198	(1 024 750)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	1 668 778	1 668 778
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	18 000 000	2 286 635	545 911	100 655	7 200 000	905 897	18 198	1 668 778	26 152 804

3.

Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2008

1. Nota Introdutória

A Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (“Multicare” ou “Companhia”) é uma sociedade anónima constituída em Portugal em 13 de Março de 2007. A Companhia tem por objecto social o exercício da actividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos de seguros Não Vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda actividades conexas com as de seguros e de resseguros.

A Companhia é a subsidiária da Caixa Seguros, SGPS, S.A. vocacionada para a gestão de seguros de saúde, para o que possui uma rede convencionada de prestadores de cuidados de saúde. Durante o ano de 2007 foram celebrados tratados de resseguro aceite com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. e com a Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., através dos quais a Companhia passou a assegurar a gestão das carteiras destas entidades com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2007.

As demonstrações financeiras da Multicare em 31 de Dezembro de 2008 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de Fevereiro de 2009.

As demonstrações financeiras da Multicare em 31 de Dezembro de 2008 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCEs), aprovado pela Norma nº 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma nº 20/2007-R, de 31 de Dezembro, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, excepto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2008 são as primeiras apresentadas pela Companhia de acordo com o novo PCEs. Deste modo, tal como definido na Norma "IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro" (IFRS 1), foram utilizadas as Normas e Interpretações em vigor em 31 de Dezembro de 2008. Até 31 de Dezembro de 2007, as demonstrações financeiras da Multicare foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no anterior Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma nº 7/94, de 27 de Abril, do ISP, e outras disposições desta entidade.

Na Nota 34 é apresentado o impacto da adopção das IFRS nas demonstrações financeiras à data de transição. Uma vez que a Companhia iniciou a sua actividade em 13 de Março de 2007, é apresentado o impacto da transição entre esta data e o final do ano e também o impacto em 31 de Dezembro de 2007. De acordo com a Norma IFRS 1, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 e para o período então findo, apresentadas para efeitos comparativos (demonstrações financeiras pró-forma), foram elaboradas e re-expressas com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2008.

2.2. Conversão de Saldos e Transacções em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.3. Instrumentos Financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente atribuíveis à transacção são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do activo. Quando do reconhecimento inicial estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adopção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas; e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, na rubrica "Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em "Outros devedores por operações de seguros e outras operações".

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" ou "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", respectivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em "Rendimentos", da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
 - Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transacções recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras operações”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

c) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

A Companhia efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente empréstimos e contas a receber.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, nas rubricas “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)” e “Outros rendimentos/gastos – Ajustamentos do exercício”, sendo reflectido em balanço como uma dedução ao valor do activo a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.3. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

Para além dos indícios de imparidade relativos a activos financeiros registados ao custo amortizado, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;

ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Com referência à data das demonstrações financeiras, a Multicare efectua uma análise no sentido de identificar a existência de perdas de imparidade em activos financeiros disponíveis para venda e, consequentemente, registar as correspondentes perdas por imparidade.

Para este efeito é efectuada uma análise específica de cada investimento. Neste âmbito, em situações normais de mercado, um dos indicadores que é tido em consideração refere-se a menos-valias potenciais superiores a 20% do custo de aquisição que se tenham mantido mais de 6 meses. Este indicador não obsta a que como resultado da análise específica dos investimentos se proceda ao registo de imparidade em outras situações em que se tenha verificado um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado face ao custo desses activos.

Em situações anormais de turbulência financeira e de volatilidade excessiva do mercado de acções, tal como se verificou no exercício de 2008, a Companhia analisa se a redução das cotações constitui ou não evidência de que o custo dos investimentos poderá não ser recuperável no médio prazo. Neste contexto, considerou como evidência objectiva de imparidade as seguintes situações:

i) Existência, à data de referência das demonstrações financeiras, de menos-valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro, independentemente do período de tempo ao longo do qual se verificou esta situação. Adicionalmente, como resultado da análise específica foi identificada e registada imparidade num conjunto de investimentos em acções que apresentavam menos-valias inferiores a 50%;

ii) Existência de menos-valias potenciais superiores a 30% do custo de aquisição do instrumento financeiro, ao longo de um período igual ou superior a 9 meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.4. Outros Activos Tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de Vida Útil
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A Companhia avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis.

2.5. Locação Financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros activos tangíveis” e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em gastos do exercício.

2.6. Activos Intangíveis

Esta rubrica inclui os custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Companhia.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.7. Impostos Sobre Lucros

A Multicare encontra-se sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

A Companhia é detida a 100% pela Caixa Seguros, SGPS, S.A., sendo tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) segundo o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 63º e seguintes do respectivo código.

O lucro tributável do grupo do qual a Caixa Seguros, SGPS, S.A. é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente, corrigido da parte dos lucros distribuídos entre as sociedades do grupo que se encontre incluída nas bases tributáveis individuais.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a imparidades temporariamente não aceites fiscalmente e a mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

Na sequência da adopção do novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aplicável a partir do exercício de 2008, tornou-se necessário adaptar as regras de determinação do lucro tributável, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"), à nova regulamentação contabilística aplicável ao sector segurador, tendo sido publicado o regime fiscal transitório através do Decreto-lei n.º 237/2008, de 15 de Dezembro.

Neste âmbito, por força da aplicação do novo diploma para efeitos de determinação do lucro tributável, a partir de 1 de Janeiro de 2008 é revogado o artigo 79-A.º do Código do IRC e consagrada uma regra ao abrigo da qual os efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes decorrentes da aplicação do novo PCES, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável correspondente ao exercício iniciado em 2008 e aos quatro exercícios subsequentes.

2.8. Provisões e Passivos Contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.9. Contratos de Seguro e Contratos de Investimento

a) Classificação de contratos

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efectuado de acordo com o normativo do Instituto de Seguros de Portugal. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela norma IFRS 4 – “Contratos de seguro”, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, são registados quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de ganhos e perdas.

Estes prémios, bem como os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método “Pró-rata temporis” aos respectivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e reflectidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respectivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. As provisões para sinistros registadas pela Companhia não são descontadas.

A provisão para sinistros é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões é avaliada/validada pelo actuário responsável ao longo do ano, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

As análises realizadas contemplam responsabilidades directas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro.

e) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respectivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

f) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

g) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

2.10. Comissões

Conforme referido na Nota 2.3., as comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na origem das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efectiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de actos únicos.

2.11. Benefícios dos Empregados

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a Companhia não tem quaisquer responsabilidades com pensões de reforma ou com outros benefícios de longo prazo atribuídos aos seus empregados.

2.12. Caixa e Seus Equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem".

2.13. Estimativas Contabilísticas Críticas e Aspectos Julgamentais mais Relevantes na Aplicação das Políticas Contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Multicare – Seguros de Saúde, S.A.. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

As perdas por imparidade em activos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade em activos disponíveis para venda tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efectuada pela Multicare com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Multicare considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de activos disponíveis para venda, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.3. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.9. acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

3. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)		
	2008	2007
Depósitos à ordem		
No País		
Afectos	5 555 677	1 157 897
Não afectos	3 011 011	429 098
No estrangeiro		
Afectos	41 649	(40 583)
	8 608 337	1 546 412

4. Activos Financeiros Disponíveis Para Venda

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2008						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 27)	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 18)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores estrangeiros	8 904 243	222 833	9 127 076	-	9 127 076	247 952	9 375 028
De outros emissores							
De emissores estrangeiros	22 704 219	381 855	23 086 074	-	23 086 074	(1 573 615)	21 512 459
	31 608 462	604 688	32 213 150	-	32 213 150	(1 325 663)	30 887 487
Instrumentos de capital							
Valorizados ao justo valor							
De emissores nacionais	111 772	-	111 772	(16 836)	94 936	(41 057)	53 879
De emissores estrangeiros	3 500 128	-	3 500 128	(459 457)	3 040 671	(880 140)	2 160 531
	3 611 900	-	3 611 900	(476 293)	3 135 607	(921 197)	2 214 410
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	329 999	-	329 999	-	329 999	(39 775)	290 224
	329 999	-	329 999	-	329 999	(39 775)	290 224
	35 550 361	604 688	36 155 049	(476 293)	35 678 756	(2 286 635)	33 392 121

(Valores em Euros)

	2007						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 27)	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 18)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores estrangeiros	8 904 243	276 505	9 180 748	-	9 180 748	(69 617)	9 111 131
De outros emissores							
De emissores estrangeiros	23 780 070	350 195	24 130 265	-	24 130 265	(204 008)	23 926 257
	32 684 313	626 700	33 311 013	-	33 311 013	(273 625)	33 037 388
Instrumentos de capital							
Valorizados ao justo valor							
De emissores nacionais	219 023	-	219 023	-	219 023	10 411	229 434
De emissores estrangeiros	3 756 012	-	3 756 012	(12 895)	3 743 117	(25 192)	3 717 925
	3 975 035	-	3 975 035	(12 895)	3 692 140	(14 781)	3 947 359
	36 659 348	626 700	37 286 048	(12 895)	37 273 153	(288 406)	36 984 747

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Outros instrumentos" inclui unidades de participação de fundos de investimento imobiliário geridos por entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos no montante de 290.224 Euros.

5. Empréstimos e Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Depósitos junto de empresas cedentes		
Fidelidade Mundial	43 947 095	38 558 399
Império Bonança	24 522 587	29 874 768
	68 469 682	68 433 167

Os montantes registados nesta rubrica correspondem a provisões retidas pelos cedentes no âmbito dos tratados de resseguro em vigor, sendo remunerados à taxa Euribor a 12 meses.

6. Afecção dos Investimentos e Outros Activos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a afecção dos investimentos e outros activos pode ser resumida da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2008		
	Seguros não Vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5 597 326	3 011 011	8 608 337
Activos financeiros disponíveis para venda	33 392 121	-	33 392 121
Empréstimos concedidos e contas a receber	68 469 682	-	68 469 682
Outros activos tangíveis	-	400 414	400 414
	107 459 129	3 411 425	110 870 554

(Valores em Euros)

	2007		
	Seguros não Vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 117 314	429 098	1 546 412
Activos financeiros disponíveis para venda	36 984 747	-	36 984 747
Empréstimos concedidos e contas a receber	68 433 167	-	68 433 167
Outros activos tangíveis	-	534 065	534 065
	106 535 228	963 163	107 498 391

7. Outros Activos Tangíveis

Nos exercícios de 2008 e 2007, o movimento nas rubricas de outros activos tangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2008								
	Saldos em 31.12.2007				Alienações e abates líquidos		Saldos em 31.12.2008		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Amortizações do exercício	Saldo Bruto	Amortizações e Imparidades	Valor Bruto	Amortizações e imparidades acumulada	Valor Líquido
Equipamento									
Equipamento administrativo	168 471	6 011	13 463	37 367	-	-	181 934	43 378	138 556
Máquinas e ferramentas	79 812	6 004	4 640	31 828	-	-	84 452	37 832	46 620
Equipamento informático	42 888	10 219	19 771	35 752	-	-	62 659	45 971	16 688
Instalações interiores	237 601	5 579	-	33 472	-	-	237 601	39 051	198 550
Material de transporte	-	-	116 023	-	116 023	-	-	-	-
Equipamento em locação financeira	39 197	6 091	-	8 379	39 197	14 470	-	-	-
	567 969	33 904	153 897	146 798	155 220	14 470	566 646	166 232	400 414

(Valores em Euros)

	2007								
	Saldos em 31 12 2006				Alienações e abates líquidos		Saldos em 31 12 2007		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Amortizações do exercício	Saldo Bruto	Amortizações e Imparidades	Valor Bruto	Amortizações e imparidades acumulada	Valor Líquido
Equipamento									
Equipamento administrativo	-	-	168 471	6 011	-	-	168 471	6 011	162 460
Máquinas e ferramentas	-	-	79 812	6 004	-	-	79 812	6 004	73 808
Equipamento informático	-	-	42 888	10 219	-	-	42 888	10 219	32 669
Instalações interiores	-	-	237 601	5 579	-	-	237 601	5 579	232 022
Equipamento em locação financeira	-	-	39 197	6 091	-	-	39 197	6 091	33 106
	-	-	567 969	33 904	-	-	567 969	33 904	534 065

Durante o mês de Novembro de 2007, a Companhia adquiriu à EPS – Gestão de Sistemas de Saúde, S.A., os activos tangíveis anteriormente utilizados por esta sociedade, no montante de 567 969 Euros.

8. Outros Activos Intangíveis

Nos exercícios de 2008 e 2007, o movimento nas rubricas de outros activos intangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2008						
	Saldos em 31 12 2007			Aquisições	Amortizações do exercício	Saldos em 31 12 2008	
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Bruto			Amortizações e Imparidades acumuladas	Valor Líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	100 220	12 491	422 637	141 446	522 857	153 937	368 920
	100 220	12 491	422 637	141 446	522 857	153 937	368 920

(Valores em Euros)

	2007						
	Saldos iniciais		Aquisições	Amortizações do exercício	Saldos em 31.12.2007		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada			Valor Bruto	Amortizações e Imparidades acumuladas	Valor Líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	-	-	100 220	12 491	100 220	12 491	87 729
	-	-	100 220	12 491	100 220	12 491	87 729

No mês de Novembro de 2007, a Companhia adquiriu à EPS – Gestão de Sistemas de Saúde, S.A., os activos intangíveis anteriormente utilizado por esta sociedade, no montante de 100.220 Euros.

Durante o exercício de 2008 as aquisições de outros activos intangíveis referem-se essencialmente à compra de software de apoio à tesouraria e de optimização da facturação da rede de prestadores.

9. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008			2007		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Doença	317 131	-	317 131	152 919	-	152 919
	317 131	-	317 131	152 919	-	152 919

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2008		
	Saldo Inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos			
Doença	152 919	164 212	317 131
	152 919	164 212	317 131

(Valores em Euros)

	2007		
	Saldo Inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos			
Doença	-	152 919	152 919
	-	152 919	152 919

10. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Contas a receber por operações de seguro directo:		
Tomadores de Seguros		
Contas de cobrança	1 077 595	1 259
	1 077 595	1 259
Contas a receber por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de ressegurados	2 184 403	5 103 147
	2 184 403	5 103 147
Contas a receber por outras operações:		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	1 248	1 082
Adiantamentos ao pessoal	4 109	300
Outros	230 957	86 633
	236 314	88 015
	3 498 312	5 192 421

11. Imposto Sobre o Rendimento

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 eram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Passivos por impostos correntes:		
Imposto sobre o rendimento a pagar	892 772	434 969
	892 772	434 969
Activos por impostos diferidos	685 473	96 187
Passivos por impostos diferidos	(2 195)	(15 117)
	683 278	81 070
	1 576 050	516 039

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2008			
	Saldo em 31.12.2007	Variação em		Saldo em 31.12.2008
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	74 470	471 442	-	545 912
Imparidade temporariamente não aceite fiscalmente	3 417	-	122 800	126 217
Outros	3 183	-	7 966	11 149
	81 070	471 442	130 766	683 278

(Valores em Euros)

	2007			
	Saldo Inicial	Variação em		Saldo em 31.12.2007
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	74 470	-	74 470
Imparidade temporariamente não aceite fiscalmente	-	-	3 417	3 417
Outros	-	-	3 183	3 183
	-	74 470	6 600	81 070

Os custos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Impostos correntes		
Do exercício	826 090	372 702
	826 090	372 702
Impostos diferidos	(130 766)	(6 600)
Total de impostos em resultados	695 324	366 102
Lucros antes de impostos	2 364 102	1 390 852
Carga fiscal	29,41%	26,32%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser demonstrada como se segue:

(Valores em Euros)

	2008		2007	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos	26,50%	2 364 102	26,50%	1 390 852
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	626 487	26,50%	368 576
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de instrumentos de capital	(0,64%)	(15 147)	(0,14%)	(1 976)
Diferenças definitivas a acrescentar:				
Menos-valias não dedutíveis	2,00%	47 338	0,10%	1 396
Outras	0,51%	12 102	0,04%	588
Benefícios fiscais:				
Outros	(0,01%)	(119)	-	-
Tributação autónoma	1,04%	24 585	0,05%	700
Outros	0,00%	78	(0,23%)	(3 182)
	29,41%	695 324	26,32%	366 102

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais. Contudo, nas situações em que tenham sido concedidos benefícios fiscais, se encontrem em curso inspecções, reclamações ou impugnações, os prazos são alargados ou suspensos, dependendo estes das circunstâncias.

Neste sentido, as declarações fiscais da Companhia dos anos de 2007 e 2008 ainda poderão ser sujeitas a revisão. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Multicare, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

12. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008
Gastos diferidos:	
Seguros	967
Assistência equipamento informático	5 851
Licenças de software	42 190
	49 008

13. Provisões Técnicas

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as provisões técnicas de seguro directo e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
	Não Vida	Não Vida
Provisão para prémios não adquiridos	23 243 198	22 894 596
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	32 999 843	29 303 184
Sinistros não declarados (IBNR)	12 658 528	16 776 709
	45 658 371	46 079 893
Provisão para riscos em curso	1 033 212	-
	1 033 212	-
	69 934 781	68 974 489

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as provisões para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2008			2007		
	Prémios	Custos diferidos	Líquido	Prémios	Custos diferidos	Líquido
Doença	24 829 953	(1 586 755)	23 243 198	23 854 177	(959 581)	22 894 596
	24 829 953	(1 586 755)	23 243 198	23 854 177	(959 581)	22 894 596

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro directo e resseguro aceite durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008		
	Saldo Inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos:			
Doença	23 854 177	975 776	24 829 953
	23 854 177	975 776	24 829 953
Custos de aquisição diferidos:			
Doença	(959 581)	(627 174)	(1 586 755)
	(959 581)	(627 174)	(1 586 755)
	22 894 596	348 602	23 243 198

(Valores em Euros)

	2007		
	Saldo Inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos			
Doença	-	23 854 177	23 854 177
	-	23 854 177	23 854 177
Custos de aquisição diferidos:			
Doença	-	(959 581)	(959 581)
	-	(959 581)	(959 581)
	-	22 894 596	22 894 596

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as provisões para sinistros de seguro directo e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Ramo doença:		
Sinistros declarados	31 391 215	27 803 184
Sinistros não declarados	12 658 528	16 776 709
Despesas de regularização de sinistros	1 608 628	1 500 000
	45 658 371	46 079 893

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro directo e resseguro aceite durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2008			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Seguros não vida:				
Doença	46 079 893	147 269 899	(147 691 421)	45 658 371

(Valores em Euros)

	2007			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Seguros não vida:				
Doença	-	87 120 450	(41 040 557)	46 079 893

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos processados pela Companhia.

Durante o ano de 2007 a Companhia celebrou contratos de resseguro aceite com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. e com a Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.. Através destes tratados, a Companhia passou a assegurar a gestão das carteiras destas companhias a partir de 1 de Outubro de 2007, tendo registado nesse exercício, nas rubricas prémios brutos emitidos, variação da provisão para sinistros e variação da provisão para prémios não adquiridos, o efeito das correspondentes entradas de carteira, o qual pode ser decomposto da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	Fidelidade Mundial	Império Bonança	Total
Prémios brutos emitidos	(47 171 3636)	(31 881 348)	(79 052 711)
Provisão para sinistros	26 517 580	20 884 547	47 402 127
Provisão para prémios não adquiridos	20 653 783	10 996 801	31 650 584

O movimento ocorrido nas provisões para riscos em curso de seguro directo e resseguro aceite durante o exercício de 2008 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2008		
	Saldo Inicial	Dotações no período	Saldo final
Doença	-	1 033 212	1 033 212
	-	1 033 212	1 033 212

14. Outros Passivos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta rubrica corresponde a um empréstimo subordinado concedido pela Caixa Seguros, SGPS, S.A., o qual vence juros trimestralmente à taxa Euribor a três meses.

Este empréstimo não tem prazo de reembolso definido e cumpre as condições de subordinação para inclusão nos elementos constitutivos da margem de solvência estabelecidos pelo artº 96º do D.L. nº 94-B/98, de 17 de Abril.

15. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
Contas a pagar por operações de seguro directo:		
Mediadores:		
Conta corrente	64 570	-
Tomadores de seguro:		
Estornos a pagar	849	-
Co-seguradoras:		
Outros	822 023	-
	887 442	-
Contas a pagar por operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	205 206	225 223
Contas correntes de ressegurados	18 435	-
	223 641	225 223
Contas a pagar por outras operações:		
Outros credores:		
Fornecedores	151 129	596 644
Outros	331 431	185 424
	482 560	782 068
	1 593 643	1 007 291

16. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
Acréscimos de gastos:		
Facturas em conferência	1 200 012	1 107 210
Bónus a pagar ao pessoal	423 135	146 377
Férias e subsídio de férias a pagar	269 941	80 060
Encargos sobre remunerações	57 967	18 573
Juros a liquidar	51 113	214 083
Auditoria	51 000	-
Outros custos com pessoal	38 318	1 143
Comissões a pagar	-	3 862
Outros	121 717	13 660
	2 213 203	1 584 968

17. Capital

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. é integralmente detido pela Caixa Seguros, SGPS, S.A. estando representado por 3,6 milhões de acções com o valor nominal de 5 Euros cada e está integralmente realizado.

Durante 2008 não ocorreu qualquer aumento de capital.

O resultado do exercício de 2007 foi aplicado conforme indicado:

		(Valores em Euros)
		2007
Aplicação de resultados do exercício:		
Reserva Legal		100 655
Reservas Livres		905 897
		1 006 552

18. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

			(Valores em Euros)	
			2008	2007
Reservas de reavaliação				
Por ajustamentos no justo valor				
De activos financeiros disponíveis para venda			(2 286 635)	(288 406)
Reserva por impostos diferidos				
De activos financeiros disponíveis para venda			545 911	74 469
Reserva de reavaliação, líquida de impostos diferidos			(1 740 724)	(213 937)
Outras reservas				
Reserva legal			100 655	-
Prémios de emissão			7 200 000	7 200 000
Outras reservas			905 897	-
			8 206 552	7 200 000
Resultados transitados				
Resultado do exercício			18 199	-
			1 668 778	1 024 750
			8 152 805	8 010 813

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal até à concorrência do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As "Reservas de reavaliação" reflectem as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda.

19. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008			2007		
	Seguro directo e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Ramo não vida						
Prémios brutos emitidos						
Doença	166 665 598	(630 432)	166 035 166	116 979 157	(225 223)	116 753 934
Variação da provisão para prémios não adquiridos:						
Doença	(975 776)	164 212	(811 564)	(23 854 177)	152 919	(23 701 258)
Prémios adquiridos:						
Doença	165 689 822	(466 220)	165 223 602	93 124 980	(72 304)	93 052 676

20. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008			2007		
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
Seguro directo e resseguro aceite						
Doença						
Custos directos	147 691 421	(421 521)	147 269 900	41 040 557	46 079 892	87 120 449
Custos imputados	5 563 171	-	5 563 171	1 417 671	-	1 417 671
	153 254 592	(421 521)	152 833 071	42 458 228	46 079 892	88 538 120

21. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2008 e 2007, os custos de exploração incorridos pela Multicare apresentam a seguinte composição por natureza:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Gastos com pessoal (Nota 22)	5 962 699	1 506 601
Fornecimentos e serviços externos:		
Conservação e reparação	94 610	17 214
Rendas e alugueres	1 219 023	213 473
Gastos com trabalho independente	188 641	45 305
Publicidade e propaganda	795 687	599 753
Trabalhos especializados	1 659 786	834 771
Recursos humanos externos	1 657 780	191 585
Outros	632 809	336 726
	6 248 336	2 238 827
Impostos e taxas	4 129	565
Depreciações e amortizações do exercício	288 243	46 395
Encargos com comissões	15 984	3 862
Outros	719 718	214 392
	13 239 109	4 010 642

Nos exercícios de 2008 e 2007, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2008		
	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Custos de aquisição			
Custos imputados	3 988 403	-	3 988 403
Comissões de mediação	6 404 545	-	6 404 545
Outros	64 571	-	64 571
	10 457 519	-	10 457 519
Gastos administrativos			
Custos imputados	3 648 291	-	3 648 291

(continuação)

(Valores em Euros)

	2008		
	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Gastos financeiros			
Custos imputados	26 328	12 916	39 244
Custos com sinistros - Montantes pagos			
Custos imputados	5 563 171	-	5 563 171
Custos técnicos	147 691 421	-	147 691 421
	153 254 592	-	153 254 592
Total dos custos de exploração imputados	13 226 193	12 916	13 239 109

(Valores em Euros)

	2007		
	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Custos de aquisição			
Custos imputados	1 273 453	-	1 273 453
Comissões de mediação	3 300 415	-	3 300 415
	4 573 868	-	4 573 868
Gastos administrativos			
Custos imputados	1 270 894	-	1 270 894
Gastos financeiros			
Custos imputados	34 774	13 850	48 624
Custos com sinistros - Montantes pagos			
Custos imputados	1 417 671	-	1 417 671
Custos técnicos	41 040 557	-	41 040 557
	42 458 228	-	42 458 228
Total dos custos de exploração imputados	3 996 792	13 850	4 010 642

22. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Remunerações de:		
Órgãos sociais	727 631	399 280
Pessoal	3 948 066	809 711
Encargos sobre remunerações	944 456	227 272
Benefícios pós-emprego	34 473	8 850
Seguros obrigatórios	73 867	12 315
Gastos de acção social	166 245	43 020
Outros gastos com o pessoal	67 961	6 153
	5 962 699	1 506 601

Em 2008 e 2007, o número médio de trabalhadores existente, por categorias, é o seguinte:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Direcção	1	-
Chefias e gerência	11	1
Técnicos informáticos	7	1
Outros técnicos	12	1
Administrativos	54	7
Auxiliares	2	1
	87	11

Durante os exercícios de 2008 e 2007 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos órgãos sociais:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Conselho de Administração		
Remunerações	727 631	399 280
Encargos sociais	107 049	45 033
	834 680	444 313

23. Rendimentos

Nos exercícios de 2008 e 2007, as rubricas de rendimentos de investimentos, apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008			2007		
	Juros	Dividendos	Total	Juros	Dividendos	Total
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos não-vida:						
Activos financeiros disponíveis para venda	1 638 349	116 065	1 754 414	168 090	6 472	174 562
Empréstimos concedidos e contas a receber	3 541 795	-	3 541 795	899 318	-	899 318
Depósitos à ordem em instituições de crédito	141 259	-	141 259	32 424	-	32 424
	5 321 403	116 065	5 437 468	1 099 832	6 472	1 106 304
Investimentos não afectos:						
Empréstimos concedidos e contas a receber	28 812	-	28 812	719 449	-	719 449
	5 350 215	116 065	5 466 280	1 819 281	6 472	1 825 753

24. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2008 e 2007, as rubricas de gastos financeiros, apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008			2007		
	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados (Nota 21)	26 328	12 916	39 244	34 774	13 850	48 624
	26 328	12 916	39 244	34 774	13 850	48 624

25. Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2008 e 2007, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008			2007		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos não-vida:						
Activos financeiros disponíveis para venda	21 635	(425 346)	(403 711)	1 504	(3 113)	(1 609)
	21 635	(425 346)	(403 711)	1 504	(3 113)	(1 609)

Os montantes registados nesta rubrica correspondem a mais e menos-valias realizadas na alienação de activos financeiros disponíveis para venda.

26. Diferenças de Câmbio

No exercício de 2008 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008
Investimentos não afectos:	
Activos financeiros disponíveis para venda	3 826
Empréstimos concedidos e contas a receber	(496)
	3 330

27. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2008			
	Saldos em 31.12.2007	Reforços	Utilizações	Saldos em 31.12.2008
Imparidade de activos disponíveis para venda (Nota 4)				
Instrumentos de capital	12 895	493 750	(30 352)	476 293
	12 895	493 750	(30 352)	476 293

(Valores em Euros)

	2007			
	Saldos Iniciais	Reforços	Utilizações	Saldos em 31.12.2007
Imparidade de activos disponíveis para venda (Nota 4)				
Instrumentos de capital	-	12 895	-	12 895
	-	12 895	-	12 895

28. Outros Rendimentos / Gastos

Nos exercícios de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Rendimentos e ganhos financeiros		
Outros rendimentos e ganhos financeiros	1 706	401
Ganhos em outros activos tangíveis	188	11
	1 894	412
Gastos e perdas não correntes		
Mecenato	(2 250)	-
Multas e penalidades	(200)	(100)
Quotizações diversas	(370)	-
Outros gastos	(6 500)	(2)
	(9 320)	(102)
Gastos e perdas financeiras		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	(1 146)
Outros gastos e perdas financeiras	(14 110)	(311)
	(14 110)	(1 457)
Perdas em outros activos		
Perdas em activos intangíveis	(25 950)	-
	(47 486)	(1 147)

29. Relato por Segmentos

Nos exercícios de 2008 e 2007, a totalidade da actividade da Companhia foi realizada em Portugal e é enquadrável no ramo doença.

30. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Multicare, as empresas filiais e associadas do Grupo Caixa Geral de Depósitos e os respectivos órgãos de Gestão.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 as demonstrações financeiras da Multicare incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de Gestão:

(Valores em Euros)

	2008				
	CAIXA SEGUROS	CARES	FIDELIDADE MUNDIAL	FMSGII	EPS
ACTIVO					
Provisão para Prémios Não Adquiridos	-	304 404	-	-	-
Tomadores de Seguros	-	-	1 077 006	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	1 119 308	-	-
Devedores Diversos	-	-	470	-	77 047
Depósito junto de cedentes	-	-	43 947 095	-	-
Depósito à Ordem Moeda Nacional	-	-	-	-	-
Depósito à Ordem em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
PASSIVO					
Provisão para Prémios Não Adquiridos	-	-	14 394 964	-	-
Provisão Sinistros	-	-	28 911 267	-	-
Tomadores de Seguros	-	-	832	-	-
Co-Seguradoras	-	-	822 023	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	205 206	-	-	-
Credores Diversos	-	-	2 674	4 005	-
Acréscimo de Gastos	51 113	-	-	-	-
Empréstimo Subordinado	15 000 000	-	-	-	-
CUSTOS					
Prémios de Resseguro Cedido do Aceite	-	(608 987)	-	-	-
Custos com Sinistros	-	-	(90 136 569)	-	-
Variação Provisão Sinistros Resseguro Aceite	-	-	(2 459 164)	-	-
Variação Provisões Técnicas Resseguro Aceite	-	-	(2 929 522)	-	-
Gastos de exploração - Remuneração Mediação	-	-	(1 934 386)	-	-
Gastos com Pessoal	-	-	(1 733 970)	(47 253)	77 047
Fornecimento e Serviços Externos	-	-	(8 824)	-	(994 063)
Juros Suportados	(719 146)	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	-	-	-	-
Perdas em Investimentos - Dep. Ordem	-	-	-	-	-
PROVEITOS					
Prémios de Resseguro	-	-	104 405 949	-	-
Variação Provisão Sinistros Resseguro Aceite	-	-	-	-	-
Variação Provisões Técnicas Resseguro Aceite	-	-	-	-	-
Variação Provisões Técnicas Resseguro Cedido	-	151 485	-	-	-
Rend. Invest - Depósito junto de Cedentes	-	-	2 078 686	-	-
Rend. Invest - Dep. Ordem	-	-	-	-	-

(Valores em Euros)

	2008				
	GEP	IB SA	CGD	OUTROS	TOTAL
ACTIVO					
Provisão para Prémios Não Adquiridos	-	-	-	-	304 404
Tomadores de Seguros	-	-	-	-	1 077 006
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	1 065 095	-	-	2 184 403
Devedores Diversos	-	-	-	85	77 687
Depósito junto de cedentes	-	24 522 587	-	-	68 469 682
Depósito à Ordem Moeda Nacional	-	-	8 566 688	-	8 566 688
Depósito à Ordem em Moeda Estrangeira	-	-	41 649	-	41 649
PASSIVO					
Provisão para Prémios Não Adquiridos	-	8 847 838	-	-	23 242 802
Provisão Sinistros	-	14 728 885	-	-	43 640 152
Tomadores de Seguros	-	-	-	-	832
Co-Seguradoras	-	-	-	-	822 023
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo)	-	-	-	-	205 206
Credores Diversos	-	323 911	-	2 750	333 340
Acréscimo de Gastos	-	-	-	-	51 113
Empréstimo subordinado	-	-	-	-	15 000 000
CUSTOS					
Prémios de Resseguro Cedido do Aceite	-	-	-	-	(608 987)
Custos com Sinistros	-	(56 732 829)	-	-	(146 869 398)
Variação Provisão Sinistros Resseguro Aceite	-	-	-	-	(2 459 164)
Variação Provisões Técnicas Resseguro Aceite	-	-	-	-	(2 929 522)
Gastos de exploração - Remuneração Mediação	-	(4 470 160)	-	-	(6 404 546)
Gastos com Pessoal	-	(1 706 120)	-	-	(3 410 296)
Fornecimento e Serviços Externos	(3 673)	(33 833)	(1 004 153)	(230 378)	(2 274 924)
Juros Suportados	-	-	(3)	(566)	(719 715)
Comissões	-	-	(8 115)	(3 125)	(11 240)
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	-	(13 999)	(727)	(14 726)
Perdas em Investimentos - Dep. Ordem	-	-	(50 457)	-	(50 457)
PROVEITOS					
Prémios de Resseguro	-	61 182 935	-	-	165 588 884
Variação Provisão Sinistros Resseguro Aceite	-	3 398 905	-	-	3 398 905
Variação Provisões Técnicas Resseguro Aceite	-	1 953 266	-	-	1 953 266
Variação Provisões Técnicas Resseguro Cedido	-	-	-	-	151 485
Rend. Invest - Depósito junto de Cedentes	-	1 463 110	28 812	-	3 570 608
Rend. Invest - Dep. Ordem	-	-	191 220	-	191 220

(Valores em Euros)

	2007				
	CAIXA SEGUROS	CARES	FIDELIDADE MUNDIAL	FMSGII	EPS
ACTIVO					
Provisão para Prémios Não Adquiridos	-	152 919	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	3 527 981	-	-
Accionistas Empresas do Grupo	-	-	-	-	66 143
Depósito junto de cedentes	-	-	38 558 399	-	-
Depósito à Ordem Moeda Nacional	-	-	-	-	-
PASSIVO					
Provisão para Prémios Não Adquiridos	-	-	11 693 363	-	-
Provisão Sinistros	-	-	26 452 094	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	225 223	-	-	-
Accionistas Empresas do Grupo	-	-	58 800	-	-
Fornecedores c/c	-	-	-	3 918	310 284
Acréscimos de Gastos	-	-	-	-	-
Depósito à Ordem Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Empréstimo Subordinado	15 000 000	-	-	-	-
CUSTOS					
Prémios de Resseguro Cedido do Aceite	-	225 223	-	-	-
Custos com Sinistros	-	-	23 719 406	-	-
Variação Provisão Sinistros Resseguro Aceite	-	-	26 452 094	-	-
Variação Provisões Técnicas Resseguro Aceite	-	-	12 106 306	-	-
Gastos de exploração - Remuneração Mediação	-	-	1 656 756	-	-
Gastos com Pessoal	-	-	421 367	-	-
Fornecimento e Serviços Externos	-	-	-	-	444 306
Juros Suportados	214 083	-	-	3 918	-
Comissões	-	-	-	-	-
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	-	-	-	-
PROVEITOS					
Prémios de Resseguro	-	-	66 933 376	-	-
Variação Provisões Técnicas Resseguro Cedido	-	152 919	-	-	-
Rend. Invest - Depósito junto de Cedentes	-	-	529 167	-	-
Rend. Invest - Dep. Ordem	-	-	-	-	-

(Valores em Euros)

	2007			
	IB SA	CGD	OUTROS	TOTAL
ACTIVO				
Provisão para Prémios Não Adquiridos	-	-	-	152 919
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	1 575 166	-	-	5 103 147
Accionistas Empresas do Grupo	-	-	-	66 143
Depósito junto de cedentes	29 874 768	-	-	68 433 167
Depósito à Ordem Moeda Nacional	-	1 586 995	-	1 586 995
PASSIVO				
Provisão para Prémios Não Adquiridos	11 200 332	-	-	22 893 695
Provisão Sinistros	18 127 799	-	-	44 579 893
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	225 223
Accionistas Empresas do Grupo	119 969	-	-	178 769
Fornecedores c/c	-	-	39 514	353 716
Acréscimos de Gastos	-	3 862	-	3 862
Depósito à Ordem Moeda Estrangeira	-	40 583	-	40 583
Empréstimo Subordinado	-	-	-	15 000 000
CUSTOS				
Prémios de Resseguro Cedido do Aceite	-	-	-	225 223
Custos com Sinistros	17 321 151	-	-	41 040 557
Variação Provisão Sinistros Resseguro Aceite	18 127 799	-	-	44 579 893
Variação Provisões Técnicas Resseguro Aceite	11 746 969	-	-	23 853 275
Gastos de exploração - Remuneração Mediação	1 643 659	-	-	3 300 415
Gastos com Pessoal	422 078	-	-	843 445
Fornecimento e Serviços Externos	-	199 941	-	644 247
Juros Suportados	-	-	309	218 619
Comissões	-	3 862	-	3 862
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	300	-	300
PROVEITOS				
Prémios de Resseguro	50 044 594	-	-	116 977 970
Variação Provisões Técnicas Resseguro Cedido	-	-	-	152 919
Rend. Invest - Depósito junto de Cedentes	370 151	-	-	899 318
Rend. Invest - Dep. Ordem	-	719 449	-	719 449

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

31. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

(Valores em Euros)

	2008		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor balanço
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	8 608 337	8 608 337
Activos disponíveis para venda	33 392 121	-	33 392 121
Empréstimos e contas a receber	-	68 469 682	68 469 682
Outros devedores	-	3 261 998	3 261 998
	33 392 121	80 340 017	113 732 138
Passivo			
Passivos subordinados	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	1 111 083	1 111 083
	-	16 111 073	16 111 083

(Valores em Euros)

	2007		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor balanço
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	1 546 412	1 546 412
Activos disponíveis para venda	36 984 747	-	36 984 747
Empréstimos a contas a receber	-	68 433 167	68 433 167
Outros devedores	-	5 104 406	5 104 406
	36 984 747	75 083 985	112 068 732
Passivo			
Passivos subordinados	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	225 223	225 223
	-	15 225 223	15 225 223

O montante considerado nas rubricas de “Outros devedores e “Outros credores” corresponde essencialmente aos saldos a receber de e a pagar a segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores, agentes e outras entidades externas.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, não ocorreram movimentos de reclassificação de activos financeiros.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2008			2007		
	Por contrapartida de			Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total	resultados	capitais próprios	total
Rendimentos de activos e passivos						
financeiros não valorizados ao justo						
valor por via de ganhos e perdas:						
Activos financeiros disponíveis para venda	1 754 414	-	1 754 414	174 562	-	174 562
Empréstimos concedidos e contas a receber	3 570 607	-	3 570 607	1 618 767	-	1 618 767
Depósitos à ordem em instituições de crédito	141 259	-	141 259	32 424	-	32 424
Ganhos líquidos de activos e passivos						
financeiros não valorizados ao justo						
valor através de ganhos e perdas:	(403 711)	(1 998 229)	(2 401 940)	(1 609)	(288 406)	(290 015)
Diferença de câmbio	3 330	-	3 330	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)						
de activos disponíveis para venda	(493 750)	-	(493 750)	(12 895)	-	(12 895)
Juros de passivos subordinados	(719 146)	-	(719 146)	(214 083)	-	(214 083)
	3 853 003	(1 998 229)	1 854 774	1 597 166	(288 406)	1 308 760

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efectiva, referentes a activos não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Activo		
Activos disponíveis para venda	1 638 439	168 090
Empréstimos concedidos e contas a receber	3 570 607	1 618 767
Depósitos à ordem em instituições de crédito	141 259	32 424
	5 350 305	1 819 281
Passivo		
Passivos subordinados	719 146	214 083
	719 146	214 083

A carteira de investimento da Multicare teve início apenas em Outubro de 2007.

OUTRAS DIVULGAÇÕES**Justo valor de instrumentos financeiros**

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras da Companhia, pode ser resumida como se segue:

(Valores em Euros)

	2008			
	Metodologia de apuramento do justo valor			Total
	Cotações de mercado	Técnicas de valorização baseadas em fontes externas	Não valorizados ao justo valor	
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	8 608 337	8 608 337
Activos disponíveis para venda	2 504 634	30 887 487	-	33 392 121
Empréstimos e contas a receber	-	-	68 469 682	68 469 682
Outros devedores	-	-	3 261 998	3 261 998
	2 504 634	30 887 487	80 340 017	113 732 138
Passivo				
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	-	1 111 083	1 111 083
	-	-	16 111 083	16 111 083
	2 504 634	30 887 487	64 228 934	97 621 055

(Valores em Euros)

	2007			
	Metodologia de apuramento do justo valor			Total
	Cotações de mercado	Técnicas de valorização baseadas em fontes externas	Não valorizados ao justo valor	
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 546 412	1 546 412
Activos disponíveis para venda	3 947 359	33 037 388	-	36 984 747
Empréstimos e contas a receber	-	-	68 433 167	68 433 167
Outros devedores	-	-	5 104 406	5 104 406
	3 947 359	33 037 388	75 083 985	112 068 732
Passivo				
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	-	225 223	225 223
	-	-	15 225 223	15 225 223
	3 947 359	33 037 388	59 858 762	96 843 509

A preparação da informação incluída nos quadros acima, relacionada com a metodologia de apuramento do justo valor, teve por base os seguintes pressupostos:

- Cotações de mercado – Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados activos;
- Técnicas de valorização baseadas em fontes externas – Instrumentos financeiros valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

(Valores em Euros)

	2008		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8 608 337	8 608 337	-
Empréstimos e contas a receber	68 469 682	68 469 682	-
Outros devedores	3 261 998	3 261 998	-
	80 340 017	80 340 017	-
Passivo			
Passivos subordinados	15 000 000	14 227 616	772 384
Outros devedores	1 111 083	1 111 083	-
	16 111 083	15 338 699	772 384

(Valores em Euros)

	2007		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 546 412	1 546 412	-
Empréstimos e contas a receber	68 433 167	68 433 167	-
Outros devedores	5 104 406	5 104 406	-
	75 083 985	75 083 985	-
Passivo			
Passivos subordinados	15 000 000	14 807 165	192 835
Outros devedores	225 223	225 223	-
	15 225 223	15 032 388	192 835

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes instrumentos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas nas rubricas "Caixa e seus equivalentes e depósitos ordem" e "Empréstimos e contas a receber" correspondem ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.
- O empréstimo subordinado registado na rubrica "Passivos subordinados" não tem prazo de reembolso definido, pelo que o justo valor do passivo correspondente ao valor actual da perpetuidade dos seus fluxos de caixa.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da Multicare

Os objectivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado estão previstos na Política de Investimentos da Companhia, que é actualizada anualmente e revista de três em três anos. Entre outros elementos, estão definidas, as sociedades gestoras, o tipo de gestão associado a cada uma das carteiras de investimento, os intervenientes no processo de compra e venda, a forma de transmissão da informação entre os diferentes intervenientes, os limites de exposição ao risco, medidas de cálculo da rentabilidade da carteira e autonomias de execução.

A gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da Companhia tem, assim, em consideração:

1. Política de investimento

- i. Moeda Base: Euro
- ii. Fiscalidade: Entidade dispensada de retenção na fonte
- iii. Limites segundo a natureza dos Activos:

Classes de Activos	Limite máximo (% do valor global da Carteira)
Rendimento Fixo – Taxa longas*	70,0 %
Soberana	70,0 %
Corporate	50,0 %
Rendimento Fixo – Taxa curtas**	100,0 %
Retorno Absoluto***	2,0 %
Rendimento Variável	30,0 %
Rendimento Variável ilíquido (Private equity e outros)	6% (20% do investimento em rendimento variável)
Imobiliário	40,0 %

(*) Entende-se por taxas longas todas as emissões de taxa fixa com maturidade superior a um ano.

(**) Entende-se por taxas curtas todas as emissões de taxa fixa com maturidade residual inferior a um ano e as emissões de taxa variável.

(***) Inclui os hedge funds e o investimento em commodities.

2. Os investimentos deverão respeitar os limites prudenciais legalmente em vigor para o sector de seguros. Para além destes limites devem ainda ser respeitados os seguintes:

a. Limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados de países da OCDE legalmente considerados como análogos, também referidos como “não cotados”, é de 15 % do valor da carteira, devendo sempre ter a aprovação expressa do Conselho de Administração da Multicare;

b. O conjunto das aplicações expressas em moedas que não o Euro não podem representar mais que 5 % do valor da carteira;

c. Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores:

Podem ser utilizados instrumentos derivados para cobertura, especulação ou redução do custo de investimento, de acordo com o enquadramento legislativo em vigor.

São permitidas, nos termos legalmente previstos, operações de reporte e empréstimos de valores, desde que tal não comprometa os limites de alocação definidos para cada uma das classes de activos a que respeitem, nem promova a alavancagem da carteira sem autorização prévia.

Estas operações carecem de autorização casuística prévia, podendo haver autorizações genéricas para derivados de mercado.

A avaliação de risco para derivados é feita determinando a sua contribuição para o risco global da carteira e da Companhia, para o retorno esperado e para o custo de transacções de activos.

Existe um modelo genérico de avaliação do retorno/risco esperado em função da composição por classes de activos. O retorno esperado das carteiras está sujeito a uma análise de sensibilidade em função das várias volatilidades dos activos que constituem a carteira. Este tipo de avaliação justifica as decisões de alocação de activos procurando-se constituir carteiras com risco controlado que optimizem o retorno dentro do enquadramento de mercado existente.

A avaliação do risco é efectuada pela Direcção de Investimentos, havendo sempre que tal se mostra conveniente, o envolvimento da Direcção de Gestão de Risco da Seguradora e da Caixa Geral de Depósitos (CGD). São monitorizados vários riscos envolvidos nomeadamente:

- risco de mercado;
- risco de taxa de juro;
- risco de crédito por emitente e por grupo financeiro;
- risco de liquidez.

d. Universo de investimento para activos de Rendimento Fixo:

As obrigações elegíveis para aquisição deverão respeitar os limites definidos nos quadros seguintes, que ponderam a maturidade residual com a qualidade de crédito. Na aquisição não deverá haver investimento abaixo da notação BBB- ou notação equivalente das casas de rating de referência.

Activos de Permanência	Dívida Corporate	Dívida Soberana*	Limite por emitente
Até 1 ano	BBB-	BBB-	1%
1 a 5 anos	A-	A-	3%
5 a 15 anos	AA-	A+	6%
15 a 30 anos	Não autorizado	A+	
Superior a 30 anos	Não autorizado	AAA	

Gestão activa	Rating *	Limite por emissão	Limite por emitente
0 a 5 anos	BBB-	1%	1%
5 a 10 anos	BBB-	0,5%	
0 a 5 anos	A-	3%	3%
5 a 15 anos	A-	2%	
0 a 5 anos	AA-	5%	5%
5 a 20 anos	AA-	3%	
0 a 5 anos	AAA	6%	6%

* não existem limites de notação de rating para a dívida soberana dos países da zona Euro.

e. Limite por emitente excepto dívida pública soberana da OCDE e emitentes supranacionais: 6% da carteira.

f. Limites por sector de actividade e por subordinação da emissão:

i. limite de dívida subordinada: 10% da carteira consolidada

ii. limite de crédito por sector de actividade (excepto banca): 20% da carteira consolidada

iii. limite de crédito do sector serviços financeiros (Banca de Investimento, Intermediação Financeira e similares): 30% da carteira consolidada

g. O investimento em outras classes de activos não especificadas neste documento deverá ter a aprovação casuística do Conselho de Administração da Multicare.

h. As aplicações proibidas são aquelas que constam expressamente da legislação em vigor.

Risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição máxima a risco de crédito da Multicare apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008			2007		
	Valor contabilístico contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8 608 337	-	8 608 337	1 546 412	-	1 546 412
Activos disponíveis para venda - instrumentos de dívida	30 887 487	-	30 887 487	33 037 388	-	33 037 388
Empréstimos e contas a receber	68 469 682	-	68 469 682	68 433 167	-	68 433 167
Outros devedores	3 261 998	-	3 261 998	5 104 406	-	5 104 406
Exposição máxima a risco de crédito	111 227 504	-	111 227 504	108 121 373	-	108 121 373

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(Valores em Euros)

Classe de activo	2008	2007
	Ratings Portugal	Ratings Portugal
Depósitos em Instituições de Crédito		
AA- até AA+	8 608 337	1 546 412
Depósitos junto de Empresas Cedentes		
Sem rating	68 469 682	68 433 167
	77 078 019	69 979 579

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante de depósitos junto de empresas cedentes corresponde a provisões retidas pelos cedentes ao abrigo dos tratados de resseguro celebrados com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. e com a Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., entidades detidas integralmente pela Caixa Seguros, SGPS, S.A. (Nota 5).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Classe de activo	2008 Ratings			Total
	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Activos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)				
<i>Corporate</i>				
AA- até AA+	106 101	208 153	-	314 254
A- até A+	1 979 695	-	-	1 979 695
Menor que A-	1 091 452	-	-	1 091 452
	3 177 248	208 153	-	3 385 401
<i>Governos e outras autoridades locais</i>				
AAA	5 376 102	-	-	5 376 102
A- até A+	3 998 925	-	-	3 998 925
	9 375 027	-	-	9 375 027
<i>Instituições Financeiras</i>				
AAA	1 303 429	-	-	1 303 429
AA- até AA+	7 294 188	168 579	1 943 005	9 405 772
A- até A+	5 560 621	-	1 796 380	7 357 001
Menor que A-	28 306	32 551	-	60 857
	14 186 544	201 130	3 739 385	18 127 059
	26 738 819	409 283	3 739 385	30 887 487

(Valores em Euros)

Classe de activo	2007 Ratings			Total
	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Activos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)				
<i>Corporate</i>				
AA- até AA+	100 413	201 640	-	302 053
A- até A+	1 589 360	-	98 216	1 687 576
Menor que A-	1 273 437	-	-	1 273 437
	2 963 210	201 640	98 216	3 263 066
<i>Governos e outras autoridades locais</i>				
AAA	5 024 371	-	-	5 024 371
A- até A+	4 086 762	-	-	4 086 762
	9 111 133	-	-	9 111 133
<i>Instituições Financeiras</i>				
AAA	1 151 005	-	-	1 151 005
AA- até AA+	7 732 456	45 499	393 641	8 171 596
A- até A+	7 534 632	146 328	3 075 517	10 756 477
Menor que A-	534 420	49 691	-	584 111
	16 952 513	241 518	3 469 158	20 663 189
	29 026 856	443 158	3 567 374	33 037 388

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Companhia não tem activos financeiros em situação de incumprimento.

Risco de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2008									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Activo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8 608 337	-	-	-	-	-	-	-	-	8 608 337
Activos disponíveis para venda	218 873	449 122	810 939	2 457 206	15 063 675	8 613 113	7 888 722	3 426 000	2 504 634	41 432 284
Empréstimos e contas a receber	173 970	347 940	521 920	69 513 503	-	-	-	-	-	70 557 333
Outros devedores	3 261 998	-	-	-	-	-	-	-	-	3 261 998
	12 263 178	797 062	1 332 859	71 970 709	15 063 675	8 613 113	7 888 722	3 426 000	2 504 634	123 859 952

(Valores em Euros)

	2008									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Passivo										
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	1 111 083	-	-	-	-	-	-	-	-	1 111 083
	1 111 083	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000	16 111 083

(Valores em Euros)

	2007									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Activo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 546 412	-	-	-	-	-	-	-	-	1 546 412
Activos disponíveis para venda	209 434	290 254	357 009	1 197 342	12 943 422	13 235 669	9 825 939	3 529 000	3 947 359	45 535 428
Empréstimos e contas a receber	270 596	541 192	811 788	70 056 744	-	-	-	-	-	71 680 320
Outros devedores	5 104 406	-	-	-	-	-	-	-	-	5 104 406
	7 130 848	831 446	1 168 797	71 254 086	12 943 422	13 235 669	9 825 939	3 529 000	3 947 359	123 866 566
Passivo										
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	225 223	-	-	-	-	-	-	-	-	225 223
	225 223	-	-	-	-	-	-	-	15 225 223	15 450 446

Os saldos apresentados acima não são comparáveis com os saldos contabilísticos dado incluírem fluxos de caixa projectados e não se encontrarem descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Multicare na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua actividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos no "Até 1 mês";
- Os montantes registados na rubrica "Empréstimos e contas a receber" correspondem a provisões retidas pelos cedentes no âmbito dos tratados de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;

- Os valores que constam das rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" são valores exigíveis à vista, sendo classificados na coluna "Até 1 mês";
- Os instrumentos de capital foram classificados como "Indeterminado";
- Foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade.

Risco de mercado

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2008			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	8 608 337	-	8 608 337
Activos disponíveis para venda	16 962 623	13 924 864	2 504 634	33 392 121
Empréstimos e contas a receber	-	68 469 682	-	68 469 682
Outros devedores	-	-	3 261 998	3 261 998
	16 962 623	91 002 883	5 766 632	113 732 138
Passivo				
Passivos subordinados	-	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	-	-	1 111 083	1 111 083
	-	15 000 000	1 111 083	16 111 083

(Valores em Euros)

	2007			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	1 546 412	-	1 546 412
Activos disponíveis para venda	18 239 071	14 798 317	3 947 359	36 984 747
Empréstimos e contas a receber	-	68 433 167	-	68 433 167
Outros devedores	-	-	5 104 406	5 104 406
	18 239 071	84 777 896	9 051 765	112 068 732
Passivo				
Passivos subordinados	-	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	-	-	225 223	225 223
	-	15 225 223	225 223	15 225 223

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou da data de refixação, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

	2008							Total
	Datas de refixação / Datas de maturidade							
	Até 7 dias	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	
Activo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8 608 337	-	-	-	-	-	-	8 608 337
Activos disponíveis para venda	1 500 000	4 600 000	8 850 000	200 000	324 000	5 578 000	10 771 000	31 823 000
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	68 469 682	-	-	68 469 682
	10 108 337	4 600 000	8 850 000	200 000	68 793 682	5 578 000	10 771 000	108 901 019
Passivo								
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	-	-	-	-	15 000 000
Exposição líquida	10 108 337	4 600 000	(6 150 000)	200 000	68 793 682	5 578 000	10 771 000	93 901 019

(Valores em Euros)

	2007							Total
	Datas de refixação / Datas de maturidade							
	Até 7 dias	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 3 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	
Activo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 546 412	-	-	-	-	-	-	1 546 412
Activos disponíveis para venda	1 500 000	4 500 000	8 750 000	200 000	-	4 892 000	13 051 000	32 893 000
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	68 433 167	-	-	68 433 167
	3 046 412	4 500 000	8 750 000	200 000	68 433 167	4 892 000	13 051 000	102 872 579
Passivo								
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	-	-	-	-	15 000 000
Exposição líquida	3 046 412	4 500 000	(6 250 000)	200 000	68 433 167	4 892 000	13 051 000	87 872 579

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(Valores em Euros)

	2008		
	Euros	Outras moedas	Total
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8 566 688	41 649	8 608 337
Activos disponíveis para venda	33 186 297	205 824	33 392 121
Empréstimos e contas a receber	68 469 682	-	68 469 682
Outros devedores	3 261 998	-	3 261 998
	113 484 665	247 473	113 732 138
Passivo			
Passivos subordinados	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	1 111 083	-	1 111 083
	16 111 083	-	16 111 083

(Valores em Euros)

	2007		
	Euros	Outras moedas	Total
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 586 995	(40 583)	1 546 412
Activos disponíveis para venda	36 802 432	182 315	36 984 747
Empréstimos e contas a receber	68 433 167	-	68 433 167
Outros devedores	5 104 406	-	5 104 406
	111 927 000	141 732	112 068 732
Passivo			
Passivos subordinados	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	225 223	-	225 223
	15 225 223	-	15 225 223

32. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada de seguida uma descrição resumida da política de aceitação e gestão de risco do Ramo Doença, efectuada pela Multicare.

32.1. Subscrição de Riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em três grandes níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No terceiro nível, cometido às redes comerciais da Fidelidade Mundial (FM) e da Império Bonança (IB), enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, apoiada em normas e procedimentos escritos e confirmada pelo Departamento Técnico de Produção da Multicare, com o seguinte âmbito:

- Produtos standardizados;
- Riscos com um histórico de sinistralidade baixo ou muito baixo;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Produtos com componentes opcionais vendidas de acordo com a tarifa.

Tem como instrumentos ao seu dispor: Tarifas, Simuladores, Normas de Subscrição e de Delegação de Poderes, manuais dos produtos, apólices standardizadas, propostas de seguro, declarações tipo, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O segundo nível integra as Direcções Comerciais de Mediadores e Corretores da FM e da IB com competências delegadas para aceitação e análise de riscos específicos, e apresenta o seguinte âmbito:

- Subscrição de Produtos standardizados, com a possibilidade de definição de cláusulas particulares, com o objectivo de ajustar a apólice ao risco específico ou de limitar a exposição ao risco;
- Para além da subscrição dos riscos delegados ao terceiro nível, subscrição dos riscos a seguir caracterizados:
 - i) riscos com elevada sinistralidade geral; ii) riscos que considerados individualmente, apresentem um potencial de perda muito elevado; iii) riscos cuja subscrição deva pressupor uma análise técnica específica;
- Estudo de acumulação de riscos, considerando o Cliente em termos globais;
- Subscrição de riscos que pelas suas características justificam um prémio significativamente diferente do definido na tarifa do produto.

As Direcções Comerciais têm ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e actuarial, fornecidos pelo Departamento Técnico de Produção com o apoio do Gabinete de Actuariado e Controle que lhes permite ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do Ramo e do comportamento do risco.

Existe ainda um primeiro nível de subscrição, destinado aos riscos de valor unitário muito elevado, ou envolvendo conjuntos de riscos muito alargados, em que as condições de aceitação são analisadas pelo Departamento Técnico de Produção da Multicare, que elaborará e enviará uma proposta de aceitação à Direcção Comercial envolvida, que, por sua vez, submeterá à aprovação do Administrador do pelouro da Seguradora que aceita o risco.

O Departamento Técnico de Produção é dotado de técnicos especializados, coadjuvado por actuários do Gabinete de Actuariado e Controle, que recorrerão a análises de risco efectuadas por empresas especializadas sempre que as características do risco o justifiquem.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado.

32.2. Gestão Técnica

A gestão técnica do Ramo Doença compreende a definição de preços e clausulados das apólices, a definição e controlo da política de subscrição e ainda o controlo e acompanhamento da receita processada, do número de contratos seguros, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica, o que permite a monitorização dos riscos em carteira.

32.3. Instrumentos de Gestão para Controlo do Risco

Riscos Internos da Organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de Perfil da Carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas pelo objecto do seguro e por coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos e coberturas em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Estes estudos permitem obter uma análise qualitativa e da sinistralidade de determinadas classes de risco (escalões de capitais seguros, objecto de seguro, coberturas), tendo como objectivo a aferição das delegações existentes e correcção de eventuais distorções, correlacionar os principais factores de formação de preço e a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises Periódicas da Evolução da Carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidades de apólices, quer em termos de produção nova e anulada.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respectiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida ao nível dos Produtos sob gestão no caso dos produtos estandardizados e, negócio a negócio, nos seguros de grupo não estandardizados.

Seleção e Actualização de Carteira

Esta função tem como objectivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, através da introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios) em função da frequência e/ou elevada sinistralidade.

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detectadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão chegar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas pelo objecto a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas.

32.4. Políticas de Resseguro

A Multicare é Resseguradora das Companhias Fidelidade Mundial e Império Bonança através de um tratado de quota-parte. Dessa carteira, parte é transferida por Resseguro Cedido.

Os factores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e os valores dos riscos a segurar. E o cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os seguros de Doenças Graves-Best Doctors, por se tratarem de riscos que envolvem elevados capitais seguros e situações gravosas estão resseguros na Munich Re.

As retenções, como referido, são as adaptadas à carteira existente e têm em conta a capacidade negociada e o equilíbrio entre cedência de prémios e essa mesma capacidade.

Para além deste tratado de Resseguro, existe ainda um tratado de Resseguro com a Cares, para onde se transfere a totalidade dos riscos das seguintes coberturas:

- Assistência domiciliária;
- Apoio domiciliário;
- Transporte de Urgência;
- Assistência Clínica domiciliária;
- Assistência Clínica em Viagem.

Os critérios de selecção e admissibilidade dos Resseguradores são pautados pela sua fiabilidade e solvência financeira, pela sua capacidade de prestação de serviços, pela observação e acompanhamento dos mesmos no seu relacionamento no que se refere a pagamentos/ recebimentos, não deixando de ter em apreço, também como factor determinante, o seu Rating pelas diferentes agências internacionais.

33. Gestão de Capital

Os objectivos de gestão do Capital na Multicare obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Multicare está obrigada pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Instituto de Seguros de Portugal;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a Companhia, criar valor ao accionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Multicare está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e aos riscos dela decorrentes.

Para atingir os objectivos descritos, a Multicare efectua um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao auto financiamento e à captação de recursos de segurados e ressegurados.

As exigências regulamentares em vigor decorrem do Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 251/2003, de 14 de Outubro, e das Normas do Instituto de Seguros de Portugal, nomeadamente da Norma Regulamentar nº 6/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações decorrentes da Norma Regulamentar nº 12/2008-R, de 30 de Outubro, salientando-se:

- Obrigatoriedade da manutenção em permanência de uma margem de solvência suficiente face ao conjunto das actividades das companhias de seguros. Para este efeito, a margem de solvência disponível é determinada nos termos do disposto na legislação acima referida, sendo aplicáveis os ajustamentos prudenciais previstos nas normas regulamentares do Instituto de Seguros de Portugal.
- Obrigatoriedade da manutenção de um fundo de garantia, que faz parte integrante da margem de solvência e que corresponde a um terço do valor da margem de solvência exigida, não podendo, no entanto, ser inferior aos limites mínimos legalmente estabelecidos.
- Caso o Instituto de Seguros de Portugal verifique a insuficiência, mesmo circunstancial ou previsivelmente temporária, da margem de solvência de uma empresa de seguros, esta deve, no prazo que lhe vier a ser fixado por esse Instituto, submeter à sua aprovação um plano de recuperação com vista ao restabelecimento da sua situação financeira.
- Obrigatoriedade de as provisões técnicas serem a qualquer momento representadas na sua totalidade por activos equivalentes, sujeitos a um conjunto de regras de diversificação e dispersão prudenciais, cujo cumprimento é monitorado pelo Instituto de Seguros de Portugal. Os activos representativos das provisões técnicas constituem um património especial que garante especialmente os créditos emergentes dos contratos de seguro, não podendo ser penhorados ou arrestados, salvo para pagamento desses mesmos créditos. Em caso de liquidação, estes créditos gozam de um privilégio mobiliário especial sobre os bens móveis ou imóveis que representem as provisões técnicas, sendo graduados em primeiro lugar.

Para além destas exigências, há ainda outras regras prudenciais a que as companhias de seguros estão sujeitas, as quais, em conjunto com as apresentadas, devem ser entendidas como um complemento importante de uma gestão prudente por parte das Instituições, a qual se deverá basear, essencialmente, nos dispositivos internos de avaliação e controlo por si montados, tendo em conta as responsabilidades perante os accionistas, segurados e restantes credores.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais e prudenciais a que se encontra sujeita, a Multicare dispõe de quatro áreas que desempenham funções chave em matéria de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- a. Direcção de Gestão de Risco (DGR);
- b. Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance (DIC);
- c. Direcção de Auditoria (DAU);
- d. Comité de Riscos.

Direcção de Gestão de Riscos

A Direcção de Gestão de Riscos (DGR) é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte directo ao Conselho de Administração da Companhia. A sua missão assenta no desenvolvimento, comunicação e implementação de um ciclo de gestão de riscos destinado à identificação, a avaliação e a monitorização do perfil de risco das várias linhas de negócio, permitindo ao Conselho de Administração e às várias Direcções envolvidas incorporar esta informação na sua tomada de decisões.

A DGR tem como principais funções:

a. Desenvolvimento e disponibilização de informação que suporte a tomada de decisões;

b. Gestão dos Sistemas de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- Gestão do Sistema de Gestão de Risco Operacional bem como a implementação e desenvolvimento do Sistema de Controlo Interno;
- Desenvolver, implementar e actualizar os modelos, ferramentas e relatórios de suporte à tomada de decisões, do Conselho de Administração e/ou das restantes Direcções, com base no perfil de risco da Companhia;
- Desenvolver níveis técnicos de alerta sobre valores em risco, permitindo ao Conselho de Administração monitorizar o perfil de riscos das carteiras da Companhia;
- Colaborar na definição das políticas de subscrição, tarifação, resseguro e investimento, através da participação nos respectivos comités, providenciando uma perspectiva da gestão de riscos sobre os temas em análise;

c. Avaliação actuarial.

Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance

A Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance (DIC) é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte directo ao Conselho de Administração, cuja principal missão é a de contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura directiva e os colaboradores, cumpram a legislação, as regras, os códigos e os normativos em vigor, externos e internos, por forma a evitar situações que prejudiquem a imagem das empresas e a sua reputação no mercado, bem como eventuais prejuízos de ordem financeira.

A DIC tem como principais funções:

a. Prevenção de Branqueamento de Capitais

Assegurar a prevenção e a detecção de actividades de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, garantindo a execução dos procedimentos internos nesta matéria através dos seguintes processos e controlos:

- Implementação de um Programa de Identificação de Clientes (Customer Identification Program);
- Filtragem de Clientes;
- Monitorização de transacções e reporte às autoridades judiciais e policiais;
- Implementação de um Programa de Formação em Prevenção do Branqueamento de Capitais.

b. Compliance

Assegurar a coordenação da função compliance nos termos previstos no Manual de Compliance, através dos seguintes processos e controlos:

- Manutenção e divulgação do Manual de Compliance, incluindo o código de Conduta Ética e Profissional;
- Implementação de Programa de Visitas aos órgãos de estrutura, de forma a intensificar a apreensão da Cultura de Compliance;
- Criação e manutenção de um Espaço Compliance na Intranet;
- Análise Regulamentar;
- Implementação de Programas de Compliance visando a identificação, monitorização e minimização de pontos críticos nos macro-processos da empresa;
- Implementação e promoção de uma cultura "Tratar os Clientes com Lealdade (Treat Your Customers Fairly)";
- Elaboração de Planos anuais e Relatórios trimestrais de actividades de compliance e prevenção de branqueamento de capitais;
- Desenvolvimento de Formação em compliance.

Direcção de Auditoria

A Direcção de Auditoria (DAU) é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte directo ao Conselho de Administração da Companhia. A sua missão passa por garantir a avaliação e acompanhamento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e da legislação em vigor.

Enquanto função chave na gestão de riscos e controlo interno, a DAU desempenha as seguintes funções:

- a. **Elaboração e Execução do Plano Anual de Auditoria** - a avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno é uma componente chave do referido Plano.
- b. **Gestão de Reclamações** – para além do tratamento e gestão de reclamações, inclui a análise estatística das reclamações, visando a identificação das causas inerentes a estas e, conseqüente definição de medidas correctivas.
- c. **Actividades de Auditoria** - concretização do Plano de Auditoria, através da execução de auditorias às diversas áreas e desenvolvimento de um conjunto de recomendações/ medidas correctivas em resultado das mesmas.
- d. **Auditoria Informática** – envolve acções de auditoria aos sistemas de informação, suportadas por uma metodologia própria, cujo objectivo passa por determinar a probabilidade de ocorrência de eventos de riscos e os seus impactos

Comité de Riscos

O modelo de governação da Companhia inclui vários comités específicos que funcionam como estruturas dependentes do Conselho de Administração, que neles delega competências, constituindo-se como órgãos de decisão intermédia.

Ao Comité de Riscos, constituído neste contexto, cabe pronunciar-se sobre assuntos de gestão corrente relacionados com a gestão de risco, tal como os riscos técnicos (riscos de mercado, de crédito e outros riscos específicos aos seguros) e o risco operacional.

O Comité de Riscos, que reúne com uma periodicidade mensal, analisou, em 2008, temas relacionados com a gestão do risco operacional e o controlo interno, a política de aceitação de riscos, a política de investimentos, a política de resseguro, a função de Compliance, o risco de concentração e os fundos de pensões.

A margem de solvência da Multicare em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, medida em função da cobertura das responsabilidades decorrentes da actividade desenvolvida por elementos patrimoniais elegíveis para este efeito, apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007 (estatutárias)
Margem de solvência disponível:		
Capital Social Realizado	18 000 000	18 000 000
Reservas		
Reservas de Reavaliação	(2 286 635)	-
Reserva por impostos diferidos	545 911	-
Outras Reservas	1 006 552	3 667
Prémios de Emissão	7 200 000	7 200 000
Resultado de Ganhos e Perdas, deduzido de distribuições		
Resultados transitados	18 198	-
Resultado líquido do exercício	1 668 778	1 006 552
Distribuição de dividendos proposta	(1 000 000)	-
	25 152 804	26 210 219
Acções preferenciais e empréstimos subordinados, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível /exigida		
Empréstimos subordinados sem prazo fixo	14 436 843	10 706 884
	39 589 647	36 917 103
Deduções prudenciais		
Imobilizações incorpóreas	368 920	-
Diferença devida à aplicação do critério alternativo para os títulos de rendimento fixo	-	273 625
	368 920	273 625
Total dos elementos constitutivos da margem de solvência	39 220 727	36 643 478
Requisitos de solvência:		
Ramos não-vida	28 873 687	21 413 768
Total da Margem de Solvência a constituir	28 873 687	21 413 768
Excedente de cobertura	10 347 040	15 229 710
Taxa de cobertura	136%	171%

Os montantes da margem de solvência disponível e dos requisitos de solvência com referência a 31 de Dezembro de 2007 correspondem aos reportados pela Companhia à Autoridade de Supervisão com referência a essa data, apurados de acordo com o normativo contabilístico e o enquadramento regulamentar então em vigor.

As empresas de seguros devem, no prazo máximo de 15 dias após o final de cada trimestre, ter disponível para consulta e para reporte ao Instituto de Seguros de Portugal o respectivo apuramento da situação da margem de solvência.

34. Introdução das Normas Internacionais de Relato Financeiro

O impacto da adopção do normativo consagrado no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, o qual corresponde, em geral, às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia, com excepção da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro, pode ser resumido como segue:

(Valores em Euros)

	Nota	Capital próprio (*)	
		31 12 2007	Resultado 2007
Saldos de acordo com o anterior PCES		25 203 667	1 006 552
Impacto das normas adoptadas			
Valorização de títulos anteriormente registados ao custo	(a)	(288 406)	-
Anulação de menos-valias de títulos	(b)	-	27 676
Imparidade de activos disponíveis para venda	(c)	-	(12 895)
Impostos diferidos	(d)	70 802	3 417
		(217 604)	18 198
Saldos de acordo com IFRS - contas proforma		24 986 063	1 024 750

(*) Capital próprio excluindo o resultado do exercício

(a) Este impacto resulta essencialmente da valorização ao justo valor de instrumentos de dívida anteriormente registados ao custo de aquisição, corrigido da amortização linear do prémio ou desconto verificados na aquisição.

(b) Impacto resultante da anulação das menos-valias potenciais reconhecidas em resultados em 2007 por não terem sido compensadas pelo saldo da "Reserva de reavaliação regulamentar". De acordo com as políticas contabilísticas anteriores, as menos-valias potenciais em investimentos eram compensadas pela "Reserva de reavaliação regulamentar" até à concorrência do saldo credor desta, ficando reflectidas em resultados sempre que o referido saldo não fosse suficiente para proceder à respectiva compensação.

(c) Este impacto resulta do registo na conta de ganhos e perdas das perdas por imparidade em activos disponíveis para venda. De acordo com as normas anteriores, estas perdas não afectavam o resultado do exercício, ficando reflectidas na "Reserva de reavaliação regulamentar" até à concorrência do saldo desta rubrica.

(d) De acordo com as políticas contabilísticas anteriores a Multicare já reconhecia activos e passivos por impostos diferidos. Neste sentido, estes impactos correspondem apenas aos impostos diferidos associados aos ajustamentos de transição para o Novo Plano de Contas.

Anexos

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de Dezembro de 2008

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Acções							
BCP, PL	21 544			1,22	26 246	0,82	17 559
BES, PL	917			7,11	6 522	6,69	6 135
EDP, PL	10 683			4,11	43 936	2,70	28 791
ZON MULTIMEDIA, PL	4 914			7,14	35 067	3,71	18 231
sub-total	38 058				111 771		70 715
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
CAIXAGEST IMOBILIÁRIO INTERNACIONAL, FII	61 353			5,38	329 999	4,73	290 224
sub-total	61 353				329 999		290 224
total	99 411				441 771		360 939
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Acções							
AIR LIQUIDE, FP	469			87,17	40 884	65,45	30 696
ALLIANZ, GY	1 026			132,96	136 421	75,00	76 950
ANHEUSER-BUSCH INBEV, BB	3 047			27,48	83 722	16,58	50 519
ARCELOR MITTAL, NA	959			52,85	50 683	17,00	16 303
AXA, FP	4 527			29,11	131 780	15,85	71 730
BANCA INTESA, IM	17 767			4,56	80 956	2,54	45 084
BANCO SANTANDER, SM	13 342			12,28	163 894	6,75	90 059
BAYER, GY	1 888			59,32	112 002	41,55	78 446
BBVA, SM	3 320			14,16	47 005	8,66	28 751
BG GROUP, LN, GBP	4 656			16,19	75 372	10,05	46 780
BMW, GY	259			35,69	9 243	21,61	5 597
CAP GEMINI, FP	290			45,37	13 158	27,50	7 975
CARREFOUR, FP	830			41,71	34 619	27,52	22 842
COMMERZBANK, GY	772			21,24	16 395	6,64	5 126
CONTINENTAL, GY	792			92,72	73 437	72,50	57 420
CREDIT AGRICOLE, FP	1 292			17,10	22 088	8,00	10 336
DANONE, FP	1 544			58,67	90 592	43,18	66 670
DELHAIZE GROUP, BB	1 273			52,39	66 692	44,20	56 267
EDP RENOVAVEIS, PL	1 067			8,00	8 536	5,00	5 338
ENI SPA, IM	1 155			22,40	25 873	16,74	19 335
EUROBANK ERGASIAS, GA	2 026			17,10	34 648	5,70	11 548
FORTIS, NA	3 824			10,69	40 885	0,93	3 549
FRANCE TELECOM, FP	3 800			24,24	92 107	19,96	75 848
GDF (EX. SUEZ), FP	2 672			46,76	124 942	35,33	94 388
GIVAUDAN, VX, CHF	65			663,39	43 121	559,26	36 352
IBERDROLA, SM	10 645			10,89	115 887	6,54	69 618
ING Groep, NA	1 864			21,89	40 798	7,33	13 663
KPN, NA	5 746			12,79	73 500	10,38	59 643
LAFARGE, FP	353			97,04	34 254	43,35	15 303
MAN, GY	166			71,98	11 949	38,72	6 428
NATIONAL BANK OF GREECE, GA	2 483			37,99	94 319	13,20	32 776
NOKIA, FH	4 873			20,40	99 429	11,10	54 090
NOVARTIS, VX, CHF	1 558			39,26	61 173	35,49	55 291
PHILIPS, NA	306			19,62	6 005	13,83	4 232
REED ELSEVIER, NA	2 367			13,58	32 156	8,42	19 930
RIO TINTO, LN, GBP	446			75,91	33 858	15,64	6 977
RWE, GY	1 459			94,04	137 203	63,70	92 938
SAIPEM, IM	1 383			28,65	39 619	11,82	16 347
SANOFI-SYNTHELABO, FP	594			61,23	36 368	45,40	26 968
SAP, GY	2 201			36,70	80 786	25,24	55 553
SIEMENS, GY	1 495			96,51	144 282	52,68	78 757
SOCIETE GENERALE, FP	507			72,77	36 894	36,00	18 252
SUEZ, DTOS INC, 07/08	2 799			0,00	0	2,96	8 285
SWATCH GROUP, VX, CHF	352			161,43	56 822	98,18	34 560
SWISS RE, VX, CHF	699			48,36	33 802	33,87	23 677
TELEFONICA, SM	6 762			21,80	147 425	15,85	107 177
TNT, NA	1 701			28,37	48 251	13,76	23 406
TOTAL FINA, FP	2 794			55,05	153 811	38,91	108 715
UBS, VX, CHF	219			13,63	2 985	9,99	2 189
UNICREDITO, IM	24 033			4,58	110 152	1,75	41 938
UNIONE DI BANCHE ITALIANE, IM	2 892			18,66	53 956	10,29	29 759
VINCI, FP	2 050			45,62	93 526	30,00	61 500
VIVENDI, FP	1 907			30,41	57 995	23,27	44 366
VOLKSWAGEN PFD, GY	459			95,58	43 869	38,02	17 451
sub-total	157 775				3 500 128		2 143 695

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de Dezembro de 2008

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BTPS, 3.75%, 01/08/2021, GOVT		500 000	91,65		458 230	92,03	467 900
BTPS, 4.75%, 01/02/2013, GOVT		500 000	102,28		511 415	104,18	530 715
BTPS, 5.25%, 01/08/2011, GOVT		1 400 000	103,57		1 449 954	104,44	1 492 771
DBR, 3.75%, 04/01/2017, GOVT		1 100 000	96,65		1 063 198	106,07	1 207 614
DBR, 4.25%, 04/01/2014, GOVT		1 000 000	100,67		1 006 663	108,84	1 130 456
DBR, 5.25%, 04/07/2010, GOVT		1 500 000	102,87		1 543 080	104,94	1 612 921
DBR, 5.5%, 04/01/2031, GOVT		700 000	114,31		800 142	123,97	905 890
FRTR, 3.75%, 25/04/2021, GOVT		500 000	93,53		467 630	101,28	519 222
GGB, 4.3%, 20/07/2017, GOVT		1 050 000	98,43		1 033 511	94,60	1 013 587
GGB, 4.5%, 20/09/2037, GOVT		600 000	95,07		570 420	81,07	493 953
sub-total		8 850 000			8 904 242		9 375 028
2.2.2.3 - De outros emissores							
ALLIANCE & LEICESTER, FRN, 21/09/2010, C		500 000	99,22		496 090	95,34	477 086
ANZ BANK, 4.375%, 24/05/2012, CORP		150 000	98,45		147 679	97,04	149 531
ANZ BANK, 4.45%, 05/02/2015, CORP, CALL		240 000	98,86		237 253	92,68	232 068
ATLAS COPCO, 4.75%, 05/06/2014, CORP		50 000	99,77		49 884	93,37	48 044
BANCA DELLE MARCHE, FRN, 19/10/2009, CORP		500 000	99,94		499 700	98,92	500 064
BANCA INTESA, 6.25%, 01/03/2010, CORP		189 000	103,68		195 955	102,59	203 768
BANCA INTESA, FRN, 08/02/2016, CORP, CAL		500 000	99,00		495 000	84,48	425 806
BANCA INTESA, FRN, 11/02/2010, CORP		500 000	99,67		498 365	98,41	495 213
BANESTO, FRN, 10/06/2009, CORP		500 000	99,97		499 873	99,82	500 160
BBVA, 4.5%, 12/11/2015, CORP, CALL		400 000	98,62		394 479	93,85	377 818
BBVA, FRN, 23/05/2017, CORP		500 000	97,83		489 125	75,84	381 445
BELGELEC FINANCE, FRN, 03/05/2011, CORP		500 000	99,40		496 978	95,33	480 627
BES FINANCE, FRN, 09/02/2010, CORP		500 000	99,68		498 400	97,70	491 860
BES FINANCE, FRN, 21/04/2011, CORP		500 000	100,34		501 685	95,21	481 214
BFCM, FRN, 30/04/2010, CORP		100 000	99,91		99 905	99,76	100 720
BHP, 4.375%, 26/02/2014, CORP		100 000	96,39		96 391	97,75	101 441
BMW FINANCE, 4.25%, 22/01/2014, CORP		320 000	96,49		308 764	96,86	322 728
BNP PARIBAS, 3.125%, 06/12/2015, CORP, C		300 000	95,36		286 065	93,44	280 947
CEMG-CAYMAN ISLAND, FRN, 30/09/2010, CORP		550 000	98,16		539 864	94,72	521 009
CIMPOR FINANCIAL, 4.5%, 27/05/2011, CORP		30 000	97,60		29 279	91,67	28 306
CITIGROUP, 4.75%, 31/05/2017, CORP, CALL		150 000	97,42		146 127	79,41	123 290
COLGATE PALMOLIVE, 4.75%, 13/06/2014, CO		100 000	99,83		99 833	101,51	104 126
COMMERZBANK, 4.125%, 13/09/2016, CORP		300 000	95,50		286 512	88,17	268 135
CREDIT AGRICOLE, FRN, 15/04/2010, CORP		200 000	99,95		199 904	98,95	200 441
DAIMLER, 6.125%, 08/09/2015, CORP		100 000	99,36		99 356	92,52	94 487
DANSKE BANK, 5.125%, 12/11/2012, CORP, C		324 000	100,08		324 263	95,61	311 997
DANSKE BANK, FRN, 29/06/2012, CORP		500 000	99,50		497 500	93,15	465 849
DEUTSCHE BANK, 4.875%, 24/09/2012, CORP		100 000	100,56		100 563	100,77	102 082
DIAGEO FINANCE, FRN, 22/05/2012, CORP		300 000	99,44		298 305	97,36	293 424
DNBK, FRN, 11/04/2011, CORP		500 000	99,72		498 583	95,46	483 314
DNBK, FRN, 27/09/2010, CORP		500 000	100,00		499 980	99,52	497 663
E.ON, 5.125%, 02/10/2012, CORP		130 000	101,78		132 319	104,26	137 181
E.ON, 5.25%, 06/06/2014, CORP		130 000	99,44		129 276	104,29	139 466
E.ON, 5.25%, 08/09/2015, CORP		60 000	99,66		59 797	103,21	62 911
ENBW, 5.875%, 28/02/2012, CORP		220 000	104,21		229 261	104,16	239 992
ENDESA CAPITAL, FRN, 22/11/2011, CORP		500 000	99,50		497 515	96,37	484 037
ENEL, 5.25%, 20/06/2017, CORP		100 000	98,93		98 931	96,67	99 460
ERSTE BK OEST, 4.75%, 18/09/2013, CORP		153 000	100,41		153 626	98,12	152 197
FINANCE FOR DANISH IND, FRN, 03/11/2009, CORP		200 000	99,38		198 750	97,79	197 230
FORTIS BANK, 4.25%, 23/03/2021, CORP, CA		150 000	91,74		137 614	81,32	126 929
FORTIS BANK, FRN, 17/01/2017, CORP, CALL		500 000	98,23		491 140	79,70	404 141
GAZPROM, 5.364%, 31/10/2014, CORP		50 000	96,00		48 000	64,25	32 573
GE CAPITAL FNDNG, 4.75%, 28/09/2012, CORP		152 000	100,25		152 380	99,40	152 950
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 03/04/2014, CORP		500 000	99,05		495 250	78,58	399 636
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 04/05/2011, CORP		500 000	99,26		496 315	89,89	453 317
HBOS, 4.125%, 06/02/2012, CORP		250 000	96,80		242 009	97,09	252 000
ING BANK, 4.625%, 15/03/2019, CORP, CAL		362 000	97,17		351 755	83,50	315 603
ING GROEP, FRN, 11/04/2016, CORP		500 000	99,15		495 750	82,38	418 012
JYBC, FRN, 04/04/2012, CORP		500 000	99,99		499 940	94,59	479 496
METRO FINANCE, 4.75%, 29/05/2012, CORP		50 000	99,63		49 817	96,52	49 665
NATIONAL AUSTRALIA BANK, 5.5%, 20/05/2011, CORP		140 000	99,42		139 184	98,78	143 037
NATIONWIDE BLDG, 3.725%, 17/08/2015, CORP		184 000	94,51		173 892	87,33	163 009
NATIXIS, FRN, 06/07/2017, CORP, CALL		500 000	94,15		470 756	67,94	346 305
NATIXIS, FRN, 14/05/2019, CORP, CALL		200 000	95,33		190 655	79,31	164 314
NATIXIS, FRN, 21/01/2016, CORP, CALL		500 000	98,30		491 500	79,40	402 152
NATL GRID, FRN, 18/01/2012, CORP		500 000	99,73		498 665	93,42	472 519
NGGLN, 4.125%, 21/03/2013, CORP		130 000	95,62		124 305	92,42	124 338
NORDEA BANK, FRN, 18/05/2010, CORP		500 000	99,86		499 280	97,99	492 514
NYKREDIT, FRN, 01/02/2010, CORP		100 000	99,09		99 085	99,52	100 297
OKO BANK, FRN, 18/03/2009, CORP		200 000	100,00		200 000	99,83	199 908
PROCTER & GAMBLE, 4.5%, 12/05/2014, CORP		100 000	97,83		97 827	101,15	104 027

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de Dezembro de 2008

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
RAIFF ZENTRALBK, 4.75%, 15/06/2012, CORP		250 000	100,03		250 081	98,99	253 943
REPSOL INTL FINANCE, FRN, 16/02/2012, CO		250 000	98,80		247 000	86,43	217 494
SANPAOLO IMI, FRN, 20/02/2018, CORP, CAL		500 000	98,08		490 375	93,73	471 158
SANTANDER INTL DEBT, 3.375%, 17/02/2010,		200 000	97,40		194 802	99,41	204 686
SANTANDER INTL DEBT, FRN, 23/10/2009, CO		500 000	99,79		498 945	99,39	501 825
SANTANDER ISSUAN, 4.5%, 30/09/2019, CORP		200 000	94,56		189 117	83,11	168 481
SHELL INT FIN, 4.625%, 22/05/2017, CORP		100 000	98,86		98 861	103,30	106 101
SKANDINAV ENSKILDA, 4.125%, 28/05/2015,		305 000	98,01		298 927	96,90	303 020
SNS BANK, 6.125%, 07/04/2010, CORP		150 000	103,26		154 897	101,07	158 354
SOC GEN, FRN, 07/06/2017, CORP, CALL)		500 000	98,20		491 000	74,42	373 334
SOCIETE GENERALE, 4.2%, 05/03/2012, CORP		50 000	98,37		49 183	99,47	51 467
SOCIETE GENERALE, FRN, 15/4/2010, CORP		300 000	99,87		299 598	99,38	301 941
ST GEORGE BANK, 4.875%, 17/07/2012, CORP		275 000	100,01		275 016	98,68	277 507
ST GEORGE BANK, 6.5%, 24/06/2013, CORP		150 000	99,93		149 888	103,21	159 885
TELECOM ITALIA, 6.25%, 01/02/2012, CORP		143 000	103,96		148 659	98,00	148 295
TELEFONICA, 3.75%, 02/02/2011, CORP		100 000	96,80		96 800	98,64	102 050
THALES, FRN, 01/12/2009, CORP		250 000	99,98		249 950	99,40	249 339
UBS, 4.5%, 16/09/2019, CORP, CALL)		256 000	96,14		246 125	77,15	200 855
VIVENDI, 4.5%, 03/10/2013, CORP		50 000	97,16		48 578	92,04	46 568
VOLKSWAGEN LEASING, 4.125%, 31/05/2011,		280 000	97,68		273 493	99,17	284 439
WELLS FARGO, 4.125%, 03/11/2016, CORP		50 000	93,84		46 920	89,92	45 289
XSTRATA FINANCE CANADA, 4.875%, 14/06/20		50 000	99,52		49 759	62,43	32 551
sub-total		22 973 000			22 704 219		21 512 459
sub-total		31 823 000			31 608 461		30 887 487
total	257 186	31 823 000			35 550 360		33 392 121
3 - TOTAL GERAL	257 186	31 823 000			35 550 360		33 392 121

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correcções) para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2008

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Anexo 2
(Valores em Euros)

Rubricas	Provisão para sinistros em 31 Dez 2007 (1)	Custos com sinistros Montantes pagos no exercício* (2)	Provisão para sinistros em 31 Dez 2008* (3)	Reajustamentos (3)+(2)+(1)
Não Vida				
Acidentes e Doença	46 079 893	26 698 639	9 188 586	(10 192 668)
	46 079 893	26 698 639	9 188 586	(10 192 668)
Total	46 079 893	26 698 639	9 188 586	(10 192 668)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Discriminação dos Custos com Sinistros para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2008

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Anexo 3
(Valores em Euros)

Rubricas	Montantes pagos Prestações (1)	Montantes pagos Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Varição da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros* (3)+(2)+(1)
Seguro Directo				
Acidentes e Doença	822 023	-	409 592	1 231 615
Total de seguro directo	822 023	-	409 592	1 231 615
Resseguro Aceite	146 869 398	5 563 171	(831 113)	151 601 456
Total	147 691 421	5 563 171	(421 621)	152 833 071

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Discriminação de Alguns Valores por Ramos para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2008

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Anexo 4
(Valores em Euros)

Rubricas	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos*	Custos de Exploração Brutos*	Saldo de Resseguro
Seguro Directo					
Acidentes e Doença	1 076 714	1 077 194	1 231 615	64 545	-
Total de seguro directo	1 076 714	1 077 194	1 231 615	64 545	-
Resseguro Aceite	165 588 884	164 612 628	151 601 456	13 414 091	(466 220)
Total	166 665 598	165 689 822	152 833 071	13 478 636	(466 220)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

4. Relatório e Parecer do Fiscal Único e Certificação Legal das Contas

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista da
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (Companhia) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

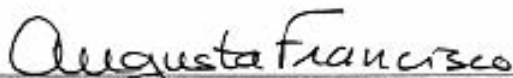
Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Companhia ao longo do exercício, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços da Companhia as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço da Companhia em 31 de Dezembro de 2008, a demonstração de ganhos e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das variações no capital próprio do exercício findo nessa data e o respectivo anexo, tendo emitido a Certificação Legal das Contas, a qual inclui uma ênfase relacionada com a transição para o novo plano de contas para as empresas de seguros. Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão, preparado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerado o descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Companhia o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 12 de Março de 2009



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (“Companhia”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 115.789.398 Euros e capitais próprios de 26.152.804 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.668.778 Euros, a Demonstração de ganhos e perdas, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das variações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

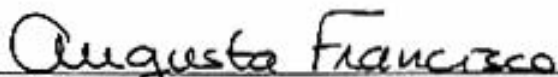
Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador (Nota 2).

Ênfase

5. Conforme divulgado na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, a Companhia aplicou pela primeira vez em 2008 os princípios estabelecidos no novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (Novo PCES), aprovado pela Norma nº 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma nº 20/2007-R, de 31 de Dezembro, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP). Este normativo corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, excepto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguro”, relativamente à qual apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro. Até 31 de Dezembro de 2007, as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no anterior Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma nº 7/94, de 27 de Abril, do ISP, e outras disposições desta entidade. No processo de transição para o Novo PCES, a Companhia seguiu os requisitos previstos na IFRS 1 – “Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”, tendo a data de transição sido reportada a 13 de Março de 2007 (data de início de actividade da Companhia). Consequentemente, a informação financeira referente ao período compreendido entre aquela data e 31 de Dezembro de 2007 foi reexpressa para o Novo PCES para efeitos de comparabilidade. As divulgações relativas ao impacto da transição são apresentadas na Nota 34.

Lisboa, 12 de Março de 2009



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

Multicare - Seguros de Saúde, S.A.

Grupo **Caixa Geral de Depósitos**